

Questão de terra



Assentamento Agricultores integrantes do MST, contemplados com lotes de terra no interior do município de Viamão, comemoram o sucesso das parcerias com a UFRGS. Com projetos de extensão e pesquisa, a Universidade tem contribuído para a criação de

um novo ciclo produtivo, baseado na produção e comercialização de alimentos orgânicos e de outros produtos. Esse é o caso da família de Osmar Bedende, conhecido como Boca (no centro da foto, entre os enteados Deivid e Jonathan), cujo trabalho lhes tem

possibilitado viver exclusivamente da agricultura. Entre as estratégias adotadas, estão a adubação verde – gerada a partir de caules e folhas de uma lavoura de girassóis – e um banco de sementes orgânicas. **CadernoJU**



INCLUSÃO

Projeto divulga ingresso por cotas

A iniciativa, lançada há três anos por estudantes da UFRGS, agora institucionalizada como projeto de extensão, quer motivar alunos da rede pública de ensino da capital a concorrerem a uma vaga no vestibular pelo sistema de cotas. Com entrega de cartilhas e realização de palestras, o grupo pretende visitar pelo menos 15 escolas a cada semestre. **P8**

ALBERT FERT

A Física não é uma tecnologia individual

O pesquisador francês, Nobel de Física em 2007 pela descoberta do efeito da magnetorresistência gigante, esteve na UFRGS para receber o título de doutor Honoris Causa. Em entrevista exclusiva ao JU, Fert afirmou que o futuro do armazenamento de grandes quantidades de informação está na chamada computação em nuvem, que representa uma grande economia de energia. Também disse que a ciência está a caminho de desenvolver novos circuitos lógicos. **P11**

AUTISMO

Núcleo subsidia política nacional

No Brasil, apesar de ainda serem poucos os estudos sobre a incidência do Transtorno do Espectro do Autismo, foi lançada no começo do mês passado uma cartilha destinada à reabilitação de pessoas que sofrem com esse problema. O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Transtornos do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da UFRGS colaborou na elaboração do documento, destinado a orientar tanto as equipes de profissionais da saúde como os familiares dos autistas. **P5**

ÓI NÓIS AQUI TRAVEIZ

35 anos de encenação crítica



P13

Direitos humanos

Livro registra resistência contra as ditaduras **P4**

Graduação

Transferência interna é alternativa para os indecisos **P6**

Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Visitantes ilustres deixam sua marca

O conhecimento não tem fronteiras, e uma universidade, casa do saber que progride e se expande, rompe limites para muito além de sua localização geográfica. Na busca constante por projeção e visibilidade internacional são estabelecidas parcerias estratégicas e trocas de experiências, que impulsionam o crescimento de todos os envolvidos.

Foi com esse olhar que recebemos em abril dois ilustres convidados: o físico Albert Fert, vencedor do prêmio Nobel de Física em 2007, e o escritor John Maxwell Coetzee, agraciado com o Nobel de Literatura em 2003. Personalidades de áreas acadêmicas diferenciadas, eles promoveram na UFRGS importantes debates, nos quais alunos, pesquisadores e a comunidade em geral tiveram a oportunidade de participar e de conhecer ideias que muito contribuíram para

o avanço da compreensão do mundo.

Fert recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS em homenagem ao relacionamento de mais de trinta anos que mantém com nossos pesquisadores do Instituto Física a partir de seu laboratório no Sul da França. Entre suas descobertas, destaca-se o efeito de “Magneto-resistência Gigante”, que ampliou a capacidade de discos rígidos e de dispositivos de memória utilizados em inúmeros equipamentos. Sua fala foi marcada pelo brilhantismo intelectual aliado à generosidade e ao reconhecimento da cooperação institucional.

Por sua vez, o novelista, ensaísta, linguista e tradutor Coetzee, um dos mais celebrados escritores de língua inglesa da atualidade, encantou o público do Salão de Atos em conferência intitulada *Ficção e Censura*. O Nobel sul-africano falou sobre a experiência

de ter vivenciado o *apartheid*, regime de segregação racial que teve no escritor um opositor.

Receber personalidades de tamanha envergadura faz com que a Universidade promova discussões ideologicamente plurais e democráticas, que só reafirmam o seu compromisso com a sociedade brasileira. Os dois convidados também assinaram nosso “Livro de Ouro”, ritual de forte significado. Nesse livro são registrados, de forma indelével, testemunhos de pessoas cujas ideias contribuíram para a construção de novas realidades: acadêmicos destacados, chefes de estado, ministros e lideranças políticas, e também prêmios Nobel. São ricos fragmentos da história integrados à memória desta instituição que, cada vez mais, ocupa lugar de destaque nos debates que fazem avançar a ciência e a cultura.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembeck Rosing, Cesar Zen Vasconcellos, Dalro José Nunes, Etson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora Ania Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ania Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia Flávio Dutra (editor), Cadinho Andrade e Thiago Cruz
Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas Gustavo Duarte Fagundes, Júlia Corrêa, Manuela Martins Ramos e Rafaela Pechansky
Circulação Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

f /jornaluniversidade
@jornalufrgs

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Prata da casa

Ao ler o Caderno JU intitulado “Caminhos da invenção”, percebi o quanto a UFRGS não conhece a própria UFRGS. Nos meus 40 anos dentro desta Universidade, por diversas vezes propus inovações no sistema. Fiz equipamentos para a pesquisa em Física e propus que fossem considerados, mas não o eram devido a uma mentalidade que nega uma ideia por esta não ter sido pensada por um doutor. Mas a usam. Se tivessem feito essas reportagens no Instituto de Física, com os trabalhos que lá são desenvolvidos por técnicos de nível médio com alta qualificação de conhecimento tecnológico, tenho certeza que seria um bom exemplo de «fruto» colhido em «casa». Sobre as patentes, já havia oferecido ao IF e à Universidade esse conhecimento adquirido nos anos 1970, porém não fui considerado. Hoje, depois de 30 anos, finalmente temos um departamento de patentes nessa academia, mas quantas vezes os usuários me pediram para examinar os relatórios mal redigidos. Desde 1980, tenho um projeto de mapeamento da UFRGS, o qual diz quem é quem para que haja uma ação interdisciplinar de verdade. Lastimo que as coisas levem tanto tempo para serem reconhecidas, o que acaba reduzindo o ritmo do desenvolvimento tecnológico e humano. Que o diga esse grande criador de tecnologia, o senhor Coester, um dos meus «gurus» nessa área do conhecimento.

► **Eri Toniatti Bellanca, técnico do Instituto de Física**

Memória da UFRGS

LUME/UFRGS



Década de 1920 Vista da fachada do Instituto de Química Industrial da Escola de Engenharia, inaugurado em 1926 pelo presidente Washington Luís. O prédio, inicialmente quadrado, foi ampliado entre 1944/1946, tornando-se retangular. Atualmente sedia diferentes setores administrativos da UFRGS, como a Prefeitura Universitária do Câmpus Centro.

Artigo

Coetzee: uma palestra, um lançamento e revelações surpreendentes

A visita do Prêmio Nobel J. M. Coetzee à UFRGS e ao Festival *Litercultura* de Curitiba foi a oportunidade de ouvir o autor falar de “Ficção e Censura” – mais precisamente, do trabalho dos censores que examinaram três de suas obras: *No coração do país*, *À espera dos bárbaros* e *Vida e época de Michael K*. Mas, ao contrário do que se esperava, esses livros engajados, que falam alto do repúdio à repressão policial do apartheid, não foram recriminados pelos censores. Não somente passaram no exame e foram liberados para o público, como receberam atenções muito sutis dos censores, que defenderam suas qualidades, apresentando-as como inofensivas ao sistema. O argumento unânime de três dos censores foi de que essas obras seriam lidas apenas por um pequeno público sofisticado e intelectual. Além de oferecer essa olhada nos labirintos do aparelho de repressão, Coetzee também concedeu ao público um privilégio raro: autógrafos generosos e revelações sobre o mais recente livro, *A infância de Jesus*, lançado nos dois eventos. O autor disse como imaginara a capa e a folha de rosto dessa obra: “Tive esperança de que meu novo livro sairia com uma capa vazia e com uma página de título vazia, de forma que o leitor descobrisse o título somente depois de ter lido a última página: *A infância de Jesus*. Mas na indústria editorial, tal

como ela é hoje, isso não é permitido”.

Um dos capítulos desse livro nos introduz nos esforços educativos de Simon, homem que cuida de um menino de cinco anos, David, e de sua mãe, Inês. Simon procura motivar o filho a aprender a ler. Ele pega emprestado da biblioteca o *Dom Quixote*, e David folheia o volume deitado na cama. O menino olha as imagens e imagina as cenas por conta própria – ele diz que quer ler a história *do seu jeito*, seguindo a própria imaginação. Quanto às palavras, a primeira que chama a sua atenção é “fantástico” – adjetivo que anuncia a obstinação fantasiosa do pequeno “leitor”, que se contenta em adivinhar ao acaso qual palavra seria o nome *Dom Quixote*, qual letra seria o Q, resistindo de todo modo às exortações paternas para aprender o alfabeto a fim de poder realmente ler. A mãe, Inês, apoia as ideias fantasiosas do menino e reforça a sua resistência ao aprendizado sistemático e aos estímulos que possam tirá-lo de seu raio de influência.

Assim, a obstinação infantil cresce e enreda Simon em fantasias, perguntas e argumentos que iluminam de modo magnífico alguns dos princípios mais sagrados da poesia e da imaginação – expondo também ideias contemporâneas sobre educação e certas convicções a respeito da criatividade infantil. No seguinte link, a leitura do capítulo

em questão, realizada na Universidade da Cidade do Cabo, em 2012: https://www.youtube.com/watch?v=yXufoko-HgM&playnext=1&list=PLLP4CRKXPbbEGg8n9XSB0eW1wGKXUbWSy&feature=results_main

Antes de seu lançamento mundial, *A Infância de Jesus* fez notícias e suspense: parecia estar esgotado antes do lançamento. O romance, cuja publicação quase coincidiu com *A vida de Jesus*, do Papa, logo suscitou dúvidas e espantos entre os críticos. Como entender a história dessa família que entra em conflito com o estado devido à alteridade angelical extrema do filho e de sua mãe virgem? Por que o menino não se enquadra na ordem do estado utópico de Novilla, utopia de um comunismo ou socialismo no sentido originário? Seria essa narrativa uma alegoria? Quem responder “sim” logo terá de perguntar novamente: uma alegoria a quê? Tudo dependerá da leitura de cada um, das associações e ideias que o leitor introduzirá nesse texto labiríntico, cheio de armadilhas e tramas enganosas.

Podemos também pensar que *A Infância de Jesus* é a alegoria à “catequese” universal que o pensamento abstrato introduziu nas nossas cabeças. Eis a ideia que aflorou nas resenhas de alguns dos leitores que tiveram a sorte de ler o volume, lançado em inglês em março de 2013. Por mais remota

que seja a relação entre o enredo de Coetzee e as “vidas de Jesus” que conhecemos, algumas pistas se impõem ao leitor minimamente informado. Sabemos, por exemplo, que o cristianismo primitivo, a boa nova do amor universal, prático e ativo, foi a utopia que sempre irrompeu no aparato dogmático da cultura Ocidental. Mas desde as *Vidas de Jesus*, de David Friedrich Strauss, o *Apocalypse*, de D. H. Lawrence, e *A Vida de Jesus*, de Ernest Renan, os esforços mostraram as suas limitações. No século XX, a promessa utópica comunista não vingou, e quem topa com as alusões (muito veladas) ao socialismo no romance de Coetzee não pode evitar de pensar quantas esperanças pseudocristãs (do socialismo e do marxismo) se esgotaram. O que impera nessa nova história de Coetzee é um clima sufocante de aridez e monotonia, algo intangível que seca nossos sentimentos vivos e desvia qualquer esforço de criatividade para círculos viciosos de repetição compulsiva.

Mas isso é apenas uma entre inúmeras pistas que podem surgir na cabeça do leitor deste intrigante romance.

Kathrin H. Rosenfield
Professora do Departamento de
Filosofia do IFCH-UFRGS

Escritor relatou sua experiência pessoal com a censura na África do Sul

J.M. Coetzee

Não há progresso onde existe censura

“Ficção e Censura” foi o tema da conferência que o escritor sul-africano John Maxwell Coetzee, Prêmio Nobel de Literatura em 2003, realizou no Salão de Atos da UFRGS na noite de 18 de abril. O autor falou a cerca de 600 pessoas, e seu trabalho foi apresentado à audiência por Kathrin Rosenfield, professora do Departamento de Filosofia, que organizou a conferência em parceria com o Departamento de Difusão Cultural da Universidade.

Ele iniciou seu discurso relatando como a censura esteve disseminada em todos os níveis da produção cultural sul-africana durante o regime de segregação racial, conhecido como apartheid, marcando uma série de romancistas de sua geração e se convertendo em um fenômeno histórico.

O controle, que durou 40 anos, chegou a tal ponto que os escritores de seu país natal ficavam gratos quando o governo ignorava seu trabalho. Havia um órgão chamado Conselho Australiano ao qual eram submetidas todas as obras que iriam circular pelo país. Outro detalhe do intrincado sistema de censura era o fato de que os originais dos livros eram primeiro enviados e publicados em Londres para só depois serem lançados na África do Sul.

A exemplo do que já havia feito em sua passagem

por Bogotá, Colômbia, Coetzee criticou todas as práticas de censura. Autor de uma obra sobre o tema, ainda não traduzida no Brasil (*Giving offense: essays on censorship*), ele citou experiência pessoal vivida em 1994, quando o autor de um estudo sobre a censura literária na África do Sul lhe ofereceu a oportunidade de ler os relatórios dos censores sobre três de seus livros, encontrados nos arquivos do regime que tinha acabado: “In the heart of the country” (1977), “À espera dos bárbaros” (1980) e “Vida e época de Michael K” (1983). Para sua surpresa, os agentes da censura pagos pelo regime sul-africano para analisar seus livros eram acadêmicos reconhecidos e próximos a ele. Esses censores vasculharam suas obras em busca daquilo que o governo da minoria branca queria evitar: a influência da liberalidade ocidental e a influência marxista ou o questionamento do regime. Os censores/acadêmicos liberaram os livros do autor para publicação com a justificativa de que eram “altamente intelectuais”, “inacessíveis”, portanto legíveis apenas por uma minoria. Isso apesar de terem encontrado neles cenas de sexo inter-racial (que o regime não aceitava) e questionamentos sobre tortura (que vinha sendo praticada contra os opositores do apartheid).

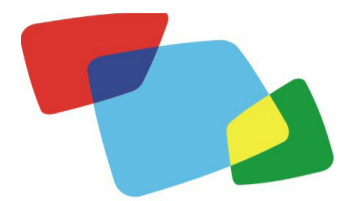
Coetzee disse acreditar ter sido poupado pelos

censores por três razões: por ser branco e africano, por vir da mesma classe social que os censores e porque eles não o viam como um autor popular. No entanto, explicou os motivos de sua discordância do raciocínio do grupo de censores: “Os livros que mudam a História não saem do prelo e se transformam imediatamente em grandes sucessos. Os caminhos da História são mais complexos que isso”. Ao final de sua fala, concluiu afirmando que “não há progresso quando se trata de censura” e que dentro de nós sempre sobrevive o desejo de censurar.

Questionado por e-mail pela professora Kathrin se acreditava que a adoção, nas democracias modernas, de práticas e discursos de correção política tenderiam a produzir um novo tipo de censura e de autocensura, respondeu: “De modo breve, sim, eu tendo a acreditar que a noção de correção – daquilo que se deve ou que não se deve expressar, o que deve ou não deve ser pensado – tende a suprimir formas de pensamento que são considerados ‘incorretos’, criando autocensura e produzindo um clima estúpido e uniforme de opinião”.

Encerrada a conferência, Coetzee autografou “A infância de Jesus”, livro que está lançando pela editora Companhia das Letras.

CADINHO ANDRADE/JU



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS

Grupo Viveiros Comunitários – Ação e extensão em nome do meio ambiente

“A flora nativa do RS não é tão valorizada nem conhecida quanto deveria ser.” Essa é a opinião do professor Paulo Brack, que trabalha no Departamento de Botânica do Instituto de Biociências. Segundo ele, estudiosos pesquisam espécies exóticas de outros países, mas esquecem que em nosso estado há plantas que vêm sendo reconhecidas mundialmente.

Para dar maior visibilidade a esse conjunto, foi criado em 1997 o grupo *Viveiros Comunitários*. Essa iniciativa dos estudantes de Biologia da UFRGS busca trabalhar com o conhecimento da flora nativa regional e com a produção de mudas de plantas nativas do Rio Grande do Sul. O grupo é um coletivo interdisciplinar de extensão, destinado tanto a estudantes e professores da universidade quanto a voluntários da comunidade.

De acordo com o professor Paulo, no viveiro os participantes analisam desde o desenvolvimento das plantas até o momento em que se inicia o plantio. Segundo ele, muitas pesquisas mostram o quanto a flora pode ser explorada. “A partir da sabedoria dos agricultores, aliada ao conhecimento científico, chegamos a um conjunto de 188 espécies de frutas nativas do estado. E não é apenas de frutas que a gente fala, mas também de plantas utilizadas como alimentos e com uma série de outras finalidades.”

Outro foco de atuação do grupo são as escolas e comunidades localizadas ao redor da Universidade e em diferentes locais de Porto Alegre, junto às quais desenvolve o projeto *Ocupações Verdes*, que tem como objetivo plantar árvores em áreas degradadas. “Nós aprendemos com a comunidade, vemos questões fantásticas em relação ao conhecimento que muitos estudantes têm, como, por exemplo, a compostagem”, destaca o professor.

Para a aluna de Biologia Juliana Brochero Marasini, participante do grupo, esse trabalho com as escolas é fundamental “para que as crianças também aprendam, pois elas são facilitadoras de informação. Isso também pode fortalecer nosso vínculo com os agricultores e colaborar com o trabalho deles”.

Paulo Brack destaca que, cada vez mais, a sociedade moderna se afasta de elementos importantes ligados à sustentabilidade do ponto de vista ecológico. Nesse sentido, as iniciativas do grupo procuram resgatar o interesse por ações que envolvam o meio ambiente.

Jennifer Dutra, estudante do 2.º semestre de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Para conhecer melhor o trabalho do Grupo Viveiros Comunitários, assista ao programa *Conhecendo a UFRGS*, que vai ao ar no dia 7 de maio, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.

Música

Violão itinerante

Neste mês, o violonista e professor do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, Daniel Wolff, levará o projeto *Violão do Sul: Novas vertentes na música gaúcha* ao interior do estado. Além de composições pessoais, ele interpretará obras de compositores também vinculados ao IA: Radamés Gnattali, Fernando Mattos, Henry Wolff, Dimitri Cervo, Ricardo Athaide Mitidieri e Celso Loureiro Chaves. O projeto contempla ainda a realização de oficinas que abordarão um panorama das principais manifestações artísticas dos séculos XX e XXI, tal como utilizadas por nossos compositores. Ao exemplificar pelo menos dois dos trabalhos a serem apresentados, Daniel destaca a estrutura arquitetônica da produção de Celso Loureiro Chaves, e o que chama de ‘teste psicológico’ na obra de Ricardo Mitidieri. O projeto *Violão do Sul*, que conta com financiamento da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC/RS), percorrerá Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bento Gonçalves e Passo Fundo.

Ciência

Fórum Mundial na UFRGS

A UFRGS sediará nos dias 13 e 14 de maio, na Sala II do Salão de Atos, o 6.º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência, que será realizado no Rio de Janeiro em novembro deste ano. Essas reuniões buscam discutir temas relacionados aos principais desafios da ciência no século XXI, nos contextos nacional e internacional, e centram as discussões em quatro temas transversais: educação em ciência; difusão e acesso ao conhecimento e interesse social; ética na ciência; ciência para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A proposta é que ao final desses debates seja editada uma

publicação das proposições e principais conclusões dos encontros. O encontro preparatório é organizado pela Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado, com a colaboração das secretarias do mesmo setor dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Durante os dois dias de atividades, os participantes deverão realizar conferências e painéis com representantes de universidades e instituições como Embrapa, Fapergs e SBPC. A inscrição é condição necessária para o acesso ao evento e deve ser feita pelo site www.fmc.cgee.org.br.

Portas Abertas

Por dentro da Universidade

A edição 2013 do Portas Abertas da UFRGS será no dia 18 de maio, das 8h às 14h, quando a Universidade receberá estudantes de ensino médio interessados em conhecer as atividades desenvolvidas nas diferentes unidades da instituição. Os visitantes saberão quais são as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em suas áreas de conhecimento. Além de laboratórios, bibliotecas e salas de aula, eles poderão visitar locais como o Planetário e prédios históricos como o Museu da UFRGS.

Bolsas

Divulgação da Ciência

As inscrições de projetos para a 5.ª edição do *Programa Ciência na Sociedade e Ciência na Escola* podem ser feitas até o dia 14 deste mês. Direcionado a professores e alunos de graduação da Universidade, o programa procura estimular as iniciativas voltadas à popularização e à difusão da ciência e da tecnologia. São oferecidas bolsas de Iniciação à Popularização da Ciência (BIPOP) e de Iniciação ao Ensino de Ciências (BIENC). Mais informações no site <http://www.ufrgs.br/propeq>.



Livro registra denúncia dos crimes cometidos nos regimes de exceção

Enrique Serra Padrós¹
Jorge Eduardo Enriquez Vivar²

Em 2010, o projeto *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva* foi um dos aprovados por edital da Comissão Nacional da Anistia, relacionado ao resgate de memórias e da própria história recente do país. A proposta tomou forma a partir da experiência do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre durante as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Como se sabe, o estado gaúcho foi um cenário muito singular nesse contexto. Por ser estado fronteiriço, seu território foi rota de passagem de cidadãos que, perseguidos, partiam rumo ao exterior – Uruguai primeiro, Chile depois – e dos que voltavam arriscando tudo. A presença de brasileiros espalhados pelo Cone Sul fez do RS uma espécie de ponte ou corredor de conexão entre a resistência interna e a que se organizou no exterior, bem como entre dois cenários diferentes: o interno, perigoso e inseguro; e o externo, com relativa normalidade e segurança. Contudo, no início dos anos 70, os países vizinhos sofreram golpes de estado; logo, exilados de novas nacionalidades também se dispersaram pelo Cone Sul, inclusive pelo Brasil – onde havia certo clima de distensão.

O medo foi prática cotidiana no interior de todos os países do Cone Sul

Os militantes do MJDH, frente a tão duro contexto, desenvolveram dois tipos de ações vitais para a sobrevivência dos cidadãos perseguidos. O primeiro, criando pequena rede local de solidariedade articulada, por sua vez, a outras existentes na região para, juntas, retirarem centenas de pessoas ameaçadas pelos regimes de exceção. O segundo, de denúncia de crimes cometidos nos países vizinhos. A partir de tal quadro histórico, o projeto *Memórias da Resistência e da Solidariedade* objetivou coletar, organizar e registrar, em suporte audiovisual, 46 depoimentos (e produzir um livro com todas as transcrições) que, no seu conjunto, pudessem constituir um vasto painel sobre as práticas da repressão estatal e sobre a resistência e a solidariedade de organizações de direitos humanos no cenário das ditaduras.

Outros objetivos incorporados ao trabalho foram: (1) o registro de testemunhos de vítimas e protagonistas brasileiros, argentinos e uruguaios, relacionados à atuação do MJDH; (2) a produção de fontes orais para a pesquisa, transformando memórias esparsas em fontes audiovisuais contextualizadas e organizadas coerentemente; (3) a divulgação de informações sobre a articulação das ditaduras e o cotidiano de medo disseminado de forma transfronteiriça; (4) o levantamento das formas de resistência e solidariedade, visando proteger aqueles que procuravam ajuda e os meios utilizados para burlar dispositivos policiais (controles

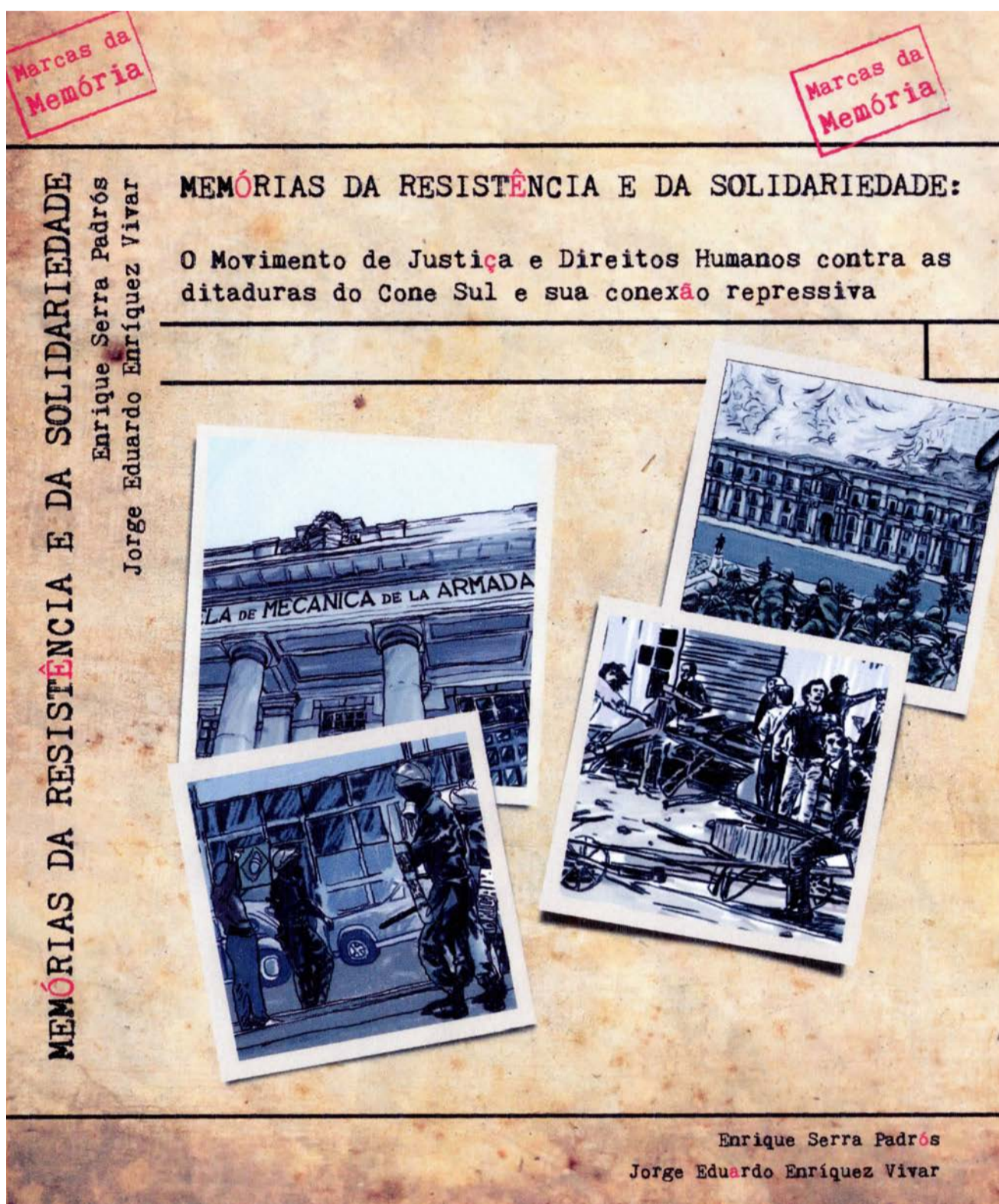
migratórios, alfândegas, barreiras), para obter salvo-condutos, para retirar pessoas dos territórios subordinados à lógica da Doutrina de Segurança Nacional, etc.

As memórias coletadas expressam uma diversidade de situações ainda pouco conhecidas, pois, assim como muitas operações militares, diversas iniciativas de solidariedade foram totalmente clandestinas. É inegável a riqueza de relatos que incidem sobre essa sobrevivência diante da repressão (binacional ou *condor*), sobre a luta contra os círculos do medo, as denúncias de desaparecimentos e o tratamento carcerário, as formas cotidianas de resistência e a atuação de organizações solidárias protegendo os “subversivos” e seus familiares.

A rede informal da qual fez parte o MJDH rompeu fronteiras, articulações estatais restritivas e a indiferença de amplos setores das sociedades atingidas. Concretamente contribuíram, nessa luta, entidades de direitos humanos, associações de familiares de desaparecidos, sindicatos, organizações políticas, grupos religiosos, organismos internacionais e indivíduos agindo por conta própria. O projeto conta com diversos relatos que reivindicam a atuação do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da OAB, da Comissão Justiça e Paz, do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor), do Servicio Paz y Justicia (SERPAJ), das Madres de Plaza de Mayo, entre outras organizações. O acesso a fontes de informação precisa, checada, relativamente segura e a possibilidade de rápida capacidade de intervenção foram fatores fundamentais na construção das relações de parceria, confiança, solidariedade e reciprocidade entre as entidades identificadas com a defesa dos direitos humanos. A fluidez e circulação de informações (e suas formas de aferição), a existência de mensagens cifradas e listas de contatos e locais protegidos foram vitais para a acolhida dos que tentavam fugir – sempre em condições adversas.

Essa atuação foi de complexidade delicada, pois se defrontava com a conexão repressiva regional e com os efeitos perversos da imposição do medo como prática cotidiana anestesiadora no interior de todos os países do Cone Sul. As organizações agiam, portanto, por meio de estratégias que não foram homogêneas nem padronizadas – fato quase impossível de ocorrer diante da eficácia dos serviços de inteligência; aliás, planejamento, ousadia e criatividade, combinados com doses de sorte e muita coragem, foram fatores essenciais.

Dentro do conjunto de testemunhos coletados, constam vários de ativistas vinculados a organizações de direitos humanos, como Agustino Veit, Cecília Pinto Pires, Inácio Sphor, Jair Krischke, Miguel Palaoro e Viviane Matzenbacher (vinculados, no seu momento, ao MJDH), Jan Rocha (organização Clamor), Margarida Genevois (Comissão Justiça e Paz), Belela Herrera e Armênia Nercesian (ACNUR), Efraín Olivera Lerena (SERPAJ). Há também depoimentos de familiares de vítimas da repressão, caso de Lilian Ruggia, Flora de Castro Habegger, Andrés Habegger e Claudia Allegrini (familiares de cidadãos argentinos desaparecidos no Brasil) e de Mayari Antoni, Graciela Benech e da mãe Adelina de Alaye. Há o registro de todos os protagonistas do “sequestro dos uruguaios em Porto Alegre”: Lilián Celiberti, seus filhos Francesca e Camilo, Universindo Rodríguez Díaz,



o advogado Omar Ferri e o jornalista Luiz Cláudio Cunha. Fazem parte, ainda, depoimentos de advogados de presos políticos (Belisário de Santos Júnior), jornalistas (Carlos Kolecza e Roger Rodríguez) e sobreviventes que viraram políticos e priorizam, atualmente, a temática de direitos humanos e a promoção da justiça para crimes de lesa humanidade, casos de Remo Carlotto (Argentina), Luis Puig e Oscar Balestra (Uruguai). A lista se completa com a presença de Sara Youtchak (PC uruguai), dos argentinos Roberto Perdía (ex-montonero), Carlos Osório (juiz responsável pela causa Condor) e Carlos Laforgue (diretor do Archivo Nacional de la Memoria), e mais sete pesquisadores.

Os relatos têm muito a dizer sobre os sonhos de uma geração que ousou agir para concretizá-los

Esse conjunto de relatos tem muito a dizer sobre os sonhos de uma geração que ousou agir para concretizá-los, por isso foi perseguida e dizimada. Tais relatos contribuem, também, para a compreensão da atuação dos

mecanismos repressivos, da dimensão da violência estatal desencadeada, da erosão democrática, das tentativas de resistência e do recuo, da insegurança cotidiana, dos rostos e das formas do “medo” e dos silêncios, da procura incessante dos seres queridos, das rotas de fuga, da tensão nas fronteiras, das feridas expostas, dos traumas, dos saldos para cada um dos protagonistas.

A estrutura dos depoimentos extrapolou em muito, em termos de riqueza de informações, o objetivo inicial de levantar dados sobre a conexão repressiva. Os relatos acabaram permeados por histórias de vida, matrizes de pensamento, formas de organização social, análises de conjuntura, ativismos variados, efervescência estudantil e militâncias diversas. As falas foram atravessadas, o tempo todo, pelo “clima de 68”, o debate entre a luta armada ou a linha “PC”, os exemplos de Cuba, do Vietnã e de Che, as mudanças comportamentais, o universo da clandestinidade, da prisão e do exílio, as lutas nos tempos de redemocratização, etc. Simultaneamente, percebe-se o surgimento de atitudes solidárias e o esforço para divulgar denúncias documentadas, a retirada de militantes perseguidos e as precárias condições de acolhida e proteção, as articulações com a ACNUR, o papel da imprensa e da arquidiocese de São Paulo.

Um fator adicional enriquece, ainda mais, o material como um todo: a diversidade do perfil sócio-profissional dos depoentes, que produz uma profusão de ângulos de leitura da realidade. São advogados, jornalistas, professores primários, jovens estudantes, sindicalistas, guerrilheiros, religiosos, donas

Acesso livre

No site do projeto *Memórias Reveladas* (www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br) é possível ler o livro. Também estarão disponíveis as imagens e os áudios dos depoimentos, organizados em 15 coleções.

de casa, universitários, comerciantes, operários ou, simplesmente, crianças. Sendo assim, suas memórias estão impregnadas dessas experiências concretas que ora estão sendo socializadas, muitas vezes com dor, impotência, indignação ou tristeza. Mesmo assim, são transmitidas com a certeza de que tais histórias são importantes para as novas gerações.

Independentemente de filtros, lapsos, contradições ou imprecisões, são memórias de pessoas que sabem que a impunidade, filha do esquecimento induzido, fragiliza toda forma de democracia e que, em última instância, se apoia, fundamentalmente, no desconhecimento e na ignorância do passado recente. Nesse sentido, os coordenadores do projeto subscrevem o que é afirmado, unanimemente, pelos depoentes. Para estes, a única forma de reparar a dor e as feridas produzidas no corpo societário pelo terrorismo de estado e pela impunidade decorrente é a rigorosa atuação da Justiça.

¹Depto. de História - UFRGS

²Depto. de Ciências da Informação - UFRGS



Atenção ao autismo

Saúde

Estudos de núcleo do Instituto de Psicologia da UFRGS subsidiam política nacional

Jacira Cabral da Silveira

O autismo tem se tornado um dos transtornos do desenvolvimento mais comuns de acordo com o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), programa com base em pesquisas que visa à estruturação da vida de pessoas com autismo em todos os ambientes. E, conforme dados epidemiológicos internacionais, a maior incidência do chamado Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ocorre entre pessoas do sexo masculino.

No Brasil, entretanto, ainda são escassos os estudos. Isso ocorre porque há muita dificuldade para o financiamento de projetos neste sentido, alega a coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Transtornos do Desenvolvimento (NIEPED) do Instituto de Psicologia da UFRGS, professora Cleonice Alves Bosa. “O que existe em nosso país são registros de casos isolados de crianças matriculadas em escolas ou que comparecem ao setor da saúde. Por isso, não temos estatísticas confiáveis”, critica.

Ela participou do Grupo de Trabalho que discutiu as diretrizes da cartilha editada pelo Ministério da Saúde e lançada no dia 2 de abril deste ano, destinada à reabilitação da pessoa com TEA. A origem dessa discussão partiu

de esforços da sociedade civil, familiares e organizações em prol dos autistas. Essa mobilização também contribuiu para a instituição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (Lei n.º 12.764 de 27/12/12).

Cartilha – O objetivo da cartilha é orientar as equipes de profissionais da área da saúde para o cuidado com o paciente com TEA e com seus familiares nos diferentes pontos de atenção da rede à pessoa com deficiência. Por ser um dos pioneiros no desenvolvimento de estudos na área, o Núcleo da UFRGS contribuiu fortemente para o estabelecimento dos indicadores de sinais de alerta que constam da cartilha e que tiveram origem nos protocolos de investigação do setor.

Além desse documento, o Ministério irá disponibilizar para os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) instrumentos de uso livre, como o M-Chat (Modified Checklist for Autism in Toddlers) para o rastreamento/triagem de indicadores dos TEA. Esse instrumento consiste num questionário para pais de

crianças de 18 a 24 meses com respostas “sim” e “não”, incluindo itens relacionados aos interesses da criança no engajamento social, à habilidade de manter contato visual, ao uso do contato visual e de gestos para direcionar a atenção social do parceiro ou para pedir ajuda.

Caso o diagnóstico de TEA ocorra, a criança será encaminhada a tratamento nos pontos de atenção da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência. Conforme o secretário nacional de Atenção à Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, aqueles com transtorno de menor intensidade deverão ser tratados nos Centros Especializados de Reabilitação (CER) do SUS. Já os pacientes com uma intensidade maior do transtorno serão encaminhados a unidades específicas a serem habilitadas pelo Ministério da Saúde em todo país.

A síndrome – O autismo é uma síndrome que se define por um conjunto de sintomas perceptíveis em diferentes fases do desenvolvimento do indivíduo e caracteriza-se especialmente pela dificuldade na interação social recíproca. Ela pode manifestar-se muito cedo,

sendo identificável na comunicação dos bebês por meio de seus gestos. E a identificação precoce desse quadro pode representar o acesso a ações e a programas de intervenção o quanto antes.

De acordo com Cleonice, tal comunicação ocorre fundamentalmente em dois tipos de contexto: primeiro, na comunicação voltada para a satisfação de necessidades, quando, por exemplo, o bebê sinaliza que quer colo ou aponta para o suco que deseja tomar; no segundo, é a comunicação resultante da capacidade da criança de compartilhar com pessoas que são importantes para ela, aquelas com as quais descobre o mundo que a cerca. “Esta é principal, por ser fundamental para o desenvolvimento global da criança”, destaca a psicóloga.

Com base em sua experiência, Cleonice, que também presta assessoria ao Instituto Autismo e Vida, com sede em Porto Alegre, comenta que a maioria das famílias busca auxílio em função do atraso da fala de seus filhos com idade entre três a quatro anos de idade. Entretanto, ela afirma que pesquisas atuais comprovam que os indicativos da síndrome ocorrem em idade mais tenra:

“Como o atraso nos gestos, quando não há intenção nesses gestos. Essa é uma das características-chave”, destaca.

Outro indicador é o comportamento repetitivo ou estereotipado, especialmente difícil de ser identificado em crianças pequenas. É quando esses indivíduos, em lugar de explorar um brinquedo que acabam de ganhar, atêm-se a um detalhe, repetindo a ação indefinidamente. Assim como quando ganham um carrinho e ficam por muito tempo abrindo e fechando a porta, girando uma das rodinhas, etc. E, no momento em que essa criança vai para a escola, as dificuldades aumentam.

Entretanto, Cleonice contrapõe-se à ideia de que a criança autista não interage, pois, na visão da especialista, isso ocorre de forma bastante peculiar, “mas acontece”, garante. “Ela pode ficar observando mais à distância, fazer breves trocas daquilo que é claro para ela, daquilo que compreende.” Ou seja, se por um lado é difícil para essa criança se juntar aos coleguinhas e fazer uma corrida de carrinhos, por outro ela é capaz de chutar uma bola. “Isso ela pode”, diz.

Sinais de alerta

O foco principal dos trabalhos da linha de pesquisa do NIEPED é a identificação precoce do TEA em crianças com até dois anos de idade. “Buscamos observar nessa faixa etária problemas de desenvolvimento que possam ou não terminar em diagnóstico de autismo”, ressalta Cleonice. Como, para atingir tais objetivos, é importante ter bem presente os parâmetros de desenvolvimento das diferentes faixas etárias, os estudos do Núcleo contribuíram também nesse sentido para subsidiar a cartilha do Ministério da Saúde.

Fazem parte das orientações a serem trabalhadas entre os profissionais da saúde parâmetros que, com base em indicadores de desenvolvimento infantil e em sinais de alerta para TEA, são distribuídos em faixas etárias dos zero aos 36 meses de idade, considerando

em cada etapa características como interação social, linguagem, brincadeiras e alimentação. Até os seis meses de vida, por exemplo, um dos indicadores de desenvolvimento da criança é o fato de ela olhar para o objeto e o explorar de diferentes formas (sacudir, jogar, bater, etc.). A ausência ou a raridade desses comportamentos exploratórios constituem-se um indicador de TEA.

Atualmente, o NIEPED conta com uma equipe formada por cinco doutorandas e uma mestranda, além de três bolsistas de Iniciação Científica, duas alunas de graduação que fizeram seu estágio no Núcleo e continuam colaborando como voluntárias, e dois ex-alunos que são atualmente professores nas universidades federais de Santa Maria e de Pelotas. Outra contribuição do setor na abordagem do tema

do autismo no Brasil ocorre sob a forma de prestação de esclarecimento a leigos por meio do site www.transtornosdodesenvolvimento.com/.

Os pesquisadores do Núcleo também estudam questões relativas às práticas do professor com alunos autistas e desenvolvem trabalhos na área de família, tematizando aspectos como o impacto do diagnóstico de TEA nesses grupos: “Trabalhamos a questão da resiliência: com o que faz com que essas famílias continuem ali, na luta, com o modo como crescem lidando com tudo aquilo”. Uma das metas agora é a elaboração de literatura para leigos. Por enquanto, as publicações estão direcionadas a profissionais: *Inclusão: o direito de ser e participar; Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção; e Atenção compartilhada e identificação precoce do autismo.*



Sala especial possibilita a observação de crianças com autismo por pesquisadoras do NIEPED



Definindo a carreira

Vida acadêmica

Mudança de curso evidencia o dilema de jovens que cedo são pressionados a escolher seu futuro

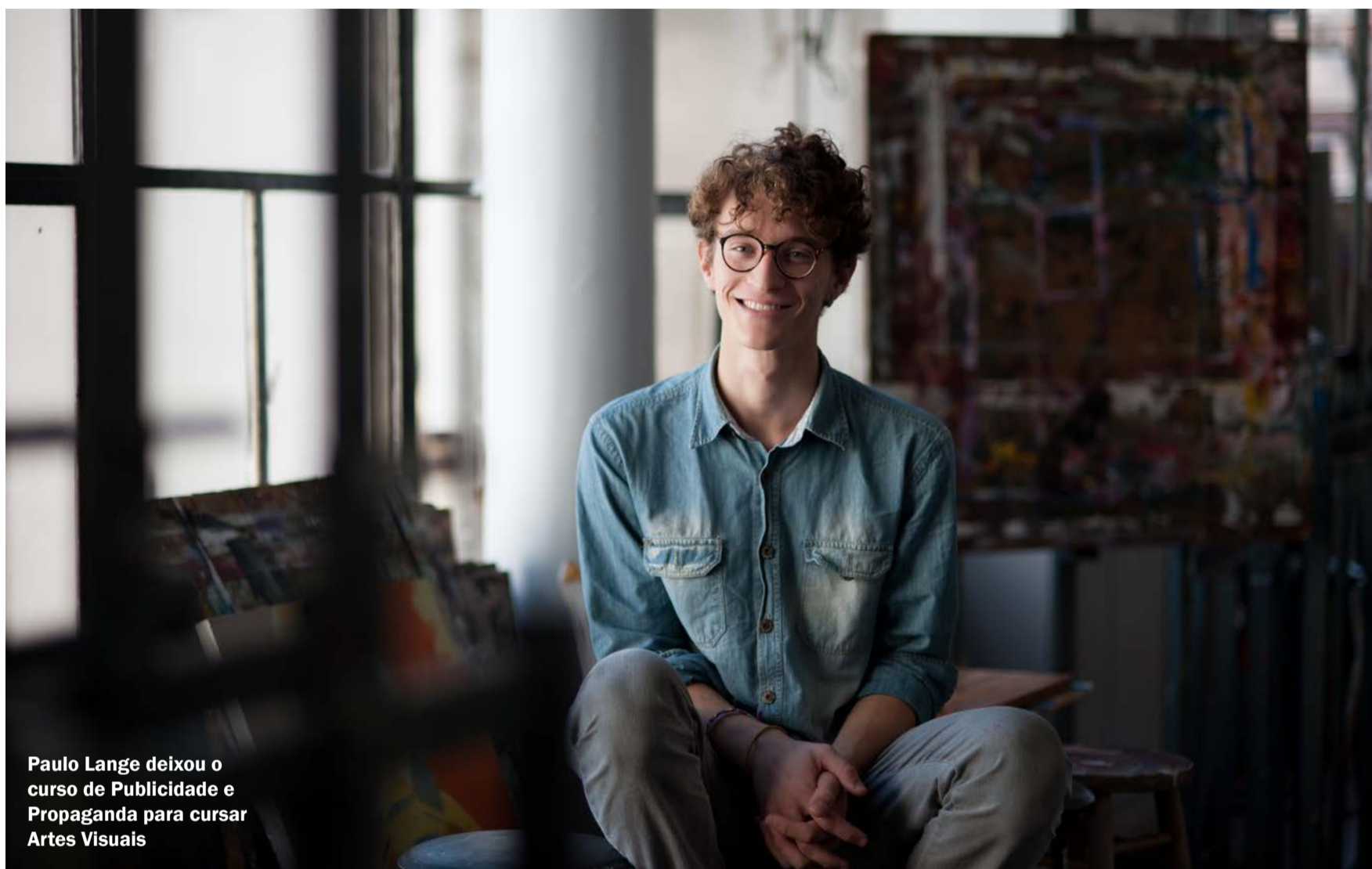
“O que vou ser quando crescer?” A pergunta, tão presente na infância, se intensifica quando chega a hora de escolher uma profissão. No momento da decisão, fatores como a afinidade com determinada área e o desejo familiar – que ainda hoje causa conflitos – são levados em conta. O jovem entra na universidade e só então percebe que se enganou: queria ter seguido outro caminho. Muitos, mesmo sabendo que não desejam seguir determinada carreira, por medo ou comodismo, persistem. Entretanto, há quem se arrisque em busca da felicidade.

Bruno Osório, 20 anos, ingressou na Universidade em 2011. Foi o segundo colocado em Jornalismo no concorrido vestibular da UFRGS. Após cursar quatro semestres, começou a se questionar se havia feito a escolha certa. Cogitou que, tivesse seguido a direção do pai, a Engenharia, poderia ter encontrado maior satisfação. Como cursara algumas disciplinas da Filosofia, imaginou também as possibilidades que o curso poderia lhe oferecer. Contudo, faltava-lhe certeza. Colegas sugeriam que permanecesse por mais tempo, argumentando que talvez a indecisão fosse passageira. Inicialmente, concordou, pensando nas dificuldades em ter de começar tudo novamente.

Não é raro encontrar pessoas mal resolvidas com a profissão escolhida. Muitas acabam por se tornar profissionais frustrados, talvez pela falta de coragem e apoio. Embora nunca seja tarde para apostar em outro caminho, uma mudança dessas torna-se mais difícil quando já se tem uma carreira em andamento. Pensando que isso pudesse lhe acontecer, Paulo Lange, 20 anos, deixou a graduação em Publicidade e Propaganda para cursar Artes Visuais. Desde novo, ele demonstrava interesse pelas artes, mas optou pelo primeiro curso por acreditar que teria mais oportunidades no mercado de trabalho. Atualmente, seguro da decisão tomada, vivencia com entusiasmo a rotina do Instituto de Artes da UFRGS.

O que parece um equívoco, porém, pode significar uma orientação profissional posta em prática. Ou seja, por mais esforços feitos para se optar pelo curso certo, somente o convívio dentro da rotina de aprendizagem é que vai possibilitar a certeza de se ter realizado a escolha ideal.

Alternativa para os indecisos – A transferência interna, oferecida pela



Paulo Lange deixou o curso de Publicidade e Propaganda para cursar Artes Visuais

UFRGS desde 1967, surge como possibilidade para aqueles estudantes que ainda têm dúvidas em relação ao seu futuro e não estão dispostos a prestar novamente o vestibular. Isso não significa que a mudança seja fácil. Para que se possa dispor dessa mobilidade, o desempenho do aluno no vestibular ainda é levado em conta. É realizado um recálculo da média, de acordo com os pesos das provas do curso pretendido. Se a média do candidato for igual ou superior à do último colocado no ano em que prestou o concurso, e houver vagas disponíveis, em princípio, ele está dentro.

No entanto, as Comissões de Graduação (Comgrads) podem exigir outros requisitos, como provas específicas, entrevistas, etc. A Comgrad da Odontologia, por exemplo, além da pontuação no vestibular e do índice de ordenamento no antigo curso, leva em conta a aprovação do aluno em disciplinas de seu currículo realizadas antes da solicitação. Renata Baptista, 19 anos, atualmente tenta cursar as cadeiras exigidas, já que pretende deixar a graduação em Arquitetura para ir atrás do sonho de se tornar dentista.

De acordo com a Pró-reitoria de Graduação, 604 alunos solicitaram transferência interna no último semestre. O curso diurno de Administração foi o mais requisitado, e a habilitação com o maior número de solicitações de transferência atendidas foi a Engenharia Mecânica, dado que evidencia

os problemas de retenção e evasão das engenharias, apontados em matéria da edição de abril do JU.

Bruno encontrou na transferência a possibilidade de realizar-se academicamente. Após meses de indagações, resolveu cursar ciências jurídicas e sociais. Para entrar na Faculdade de Direito da UFRGS, foi preciso apenas o recálculo de suas notas do vestibular. Como obtivera bom desempenho, não foi difícil conquistar uma das três vagas disponíveis.

Tudo a seu tempo – Há estudantes que, por já estarem em um estágio avançado do curso, temem que, com a mudança, o conhecimento até então adquirido e o esforço realizado tenham sido em vão. Caetano Cremonini, 26 anos, estava nos últimos semestres de Educação Física quando percebeu que seu gosto se inclinava para uma área bem diferente da dos esportes: o Jornalismo. Como estava prestes a se formar, resolveu não abandonar o curso. Enquanto fazia o trabalho de conclusão, começou a se preparar para sua segunda aprovação no vestibular. “Foi uma época bem tumultuada em minha vida. Tive que conciliar o TCC com conteúdos que não estudava há tempos. No fim, o esforço valeu a pena”, pondera.

Júlia Corrêa, aluna do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Núcleo ajuda alunos a planejar o futuro

Desde 2006, o NAE – Núcleo de Apoio ao Estudante da UFRGS – mantém uma equipe de profissionais que auxilia universitários com dúvidas em relação ao futuro profissional. De acordo com a psicóloga Marcia Nunes, integrante do Núcleo, a procura é alta e as demandas, diversificadas. Em uma entrevista inicial, o psicólogo procura esclarecer com o estudante se a questão trazida ao atendimento está relacionada à escolha ou à adaptação ao curso, ao planejamento da carreira ou a questões de ordem mais pessoal, que devem receber outro tipo de orientação.

O NAE oferece modalidades gratuitas de atendimento. Em encontros semanais de aproximadamente 50 minutos, são realizados atendimentos individuais, nos quais cada caso é tratado especificamente, de acordo com as preocupações e inquietações do estudante. Há também as oficinas, com temáticas propostas pelo próprio Núcleo, das quais o aluno pode participar de acordo com seu interesse.

A maioria dos jovens que procura o NAE tem dúvidas quanto à escolha do curso, decorrentes de uma opção feita com pouca reflexão e sem critérios claros. “Tentamos fazer com que o estudante realize uma exploração interna e externa de autoconhecimento e avaliação das oportunidades que a carreira escolhida pode lhe oferecer”, esclarece Marcia. Depois da orientação, muitos, inclusive, desistem da transferência, pois percebem que apenas haviam explorado pouco as perspectivas oferecidas pelo curso e pela profissão.

Não faltam alternativas para aqueles que acreditam ainda não terem se encontrado na vida acadêmica. “A troca de curso me fez perceber que eu tinha me acostumado com a situação, mas a dificuldade de recomeçar não é nada perto de fazer algo que não parece ter sentido”, afirma Bruno, mostrando que a mudança de curso pode ser a peça-chave para o jovem se realizar pessoal e profissionalmente.

Saiba mais

O NAE se localiza no prédio da Antiga Escola Técnica da UFRGS (Ramiro Barcelos, 2.777), na sala 320 do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde. Mais informações no site www.ufrgs.br/nae ou pelo telefone (51) 3308-5453.

Dois-pontos

► Quem fala?

Certa época, morei no interior do interior do RS e, num ambiente agrícola, o grau de escolarização conhecidamente era baixo. Muito baixo. Com o terceiro grau incompleto, tinha eu um status interessante: ateu, era leitor das orações nas novenas; no time de futebol, apesar de não ser um expoente, passei a ocupar o cargo de capitão do time; e era consultor de assuntos extraordinários do cotidiano. Um dia, fui chamado com certo ar solene. Depois de me dizer “Antônio, tu, que tem o segundo grau completo, me diga...”, imaginei que me seria perguntada alguma questão sobre o conhecimento escolar, secular, como quanto é 53 dividido por 3, como se preenche uma nota

fiscal, coisas que com frequência me solicitavam. Mas a grande questão naquele momento era: sabes quanto custa uma geladeira usada em Porto Alegre?

Questiono-me com frequência sobre a importância desse “conhecimento escolar” e sobre o seu reflexo no imaginário daqueles que não frequentam a cultura – que habita os centros urbanos, as mídias, a cultura das classes acima da média, dos livros que transcendem a autoajuda, etc. Essa questão aproximo de um problema que vimos nos confrontando em um curso de especialização do qual participo para formar professores do magistério público: o plágio. Indo além dos aspectos morais, legais, educativos (entendendo-se *educativos* o âmbito das ações que têm por finalidade inserir o

sujeito que estuda nos discursos oficiais), me inquiri sobre as razões de um estudante – no âmbito que for – recorrer à cópia para responder às demandas escolares ou acadêmicas. Claro que não sou conivente com o recurso, mas me preocupam as razões. Sem respostas definitivas, proponho algumas considerações.

E se o CONHECIMENTO funcionasse como um intimidador aos que não têm oportunidade de se apropriar do discurso acadêmico, fazendo-os crer que os modos como compreendem e estruturam a realidade não servem à sua produção acadêmica? E se esse descrédito se complementasse com a ideia de que o conhecimento é algo pertencente ao outro, o *Homo academicus*, e, logo, apenas com a apropriação da fala desse outro seria possível

conseguir uma aproximação às verdades garantidas pelo conhecimento (oficial)? E se dentro da lógica dos que fazem a apologia de que tudo já foi criado e que estamos em plena pós-modernidade do fim das utopias, o Ctrl+C/Ctrl+V fizesse sentido? E se nesse clima de déjà-vu existencial, as demandas escolares ou acadêmicas induzisses os sujeitos não a pensarem as próprias ideias, as próprias realidades, mas a enxergarem-se pelo olhar do outro – como estes produziram um discurso próprio?

O sonho de um professor é poder contar com o desejo de aprender dos alunos, e que estes se assumam autores de suas produções – e de suas próprias histórias. Que se “plagiem” a si mesmos, legitimando seus próprios discursos.

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

Aprendizes de pesquisadores

Iniciação científica Bolsas apresentam estudantes ao mundo da pesquisa em ciência

Ao entrar na universidade, a maioria dos alunos não tem ideia de qual caminho seguir. Quase sempre, o trajeto mais conhecido é o mais tradicional. Por exemplo, o estudante de Jornalismo se tornará um repórter; o aluno de Psicologia será um psicólogo e atuará em uma clínica; e o estudante de Direito será um advogado. Mas quem trabalhará com a pesquisa nessas áreas?

A UFRGS oferece bolsas de iniciação científica por meio de sua Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESQ). Essas bolsas, conforme Bruno Cassel, vice-pró-reitor de pesquisa, “servem para integrar os alunos da graduação nas atividades de pesquisa existentes em todas as áreas da Universidade”. As bolsas são mantidas com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da própria UFRGS.

Bruno explica como funciona o processo de concessão dessas bolsas: os professores que possuem um projeto de pesquisa enviam uma solicitação à PROPESQ. O pedido é analisado e, dentro de um número específico de cotas, a Pró-reitoria disponibiliza, por critério de seleção das propostas, as bolsas aos pesquisadores. Os professores, então, divulgam a existência da vaga, e o aluno interessado pode optar por candidatar-se. O período de vigência da bolsa de iniciação científica é de um ano – de agosto a julho do ano seguinte. Há a possibilidade de renovação pelo aluno, mas, para isso, ao final de um

ano, o professor deve enviar outro ofício à Pró-reitoria, solicitando a renovação da bolsa. Caso o pedido seja atendido, o interessado tem a chance de fazer outro contrato. Assim, um bolsista de iniciação pode permanecer ligado a determinado projeto durante todo o seu curso.

Por terem um número limitado de bolsas, Bruno Cassel conta que nem todos os pedidos são contemplados: “Temos em torno de dois mil professores envolvidos em projetos de pesquisa e uma média de 1.700 bolsas de iniciação científica”. O feedback é feito por meio de relatórios que as equipes de pesquisa têm de mandar ao término da concessão. “Pela demanda existente, o retorno que se tem é de que o programa atinge o objetivo”, conta o vice-pró-reitor. Ele acrescenta que as novas solicitações vêm aumentando também por conta do ingresso de novos professores na Universidade.

Vínculo forte – Ao entrar em um projeto de pesquisa, muitos estudantes acabam vinculados àquela área durante toda a sua carreira na Universidade. Giane Veiga, aluna do mestrado da Educação Física, é um caso de quem seguiu fazendo pesquisa. Influenciada pela irmã, que tinha uma bolsa de iniciação na UFRGS, Giane candidatou-se a uma vaga no grupo do professor Luiz Fernando Kruehl. “Minha irmã disse que valia a pena. Não sabia direito o que estava fazendo, mas fui tentar”, diz a estudante, que acabou se tornando bolsista voluntária de iniciação científica. Ela conta que não tinha uma ideia muito clara em que estava se inserindo, porém sabia que queria estudar mais. “Fui me aprofundando com o tempo e descobrindo do que gostava”, explica.

Giane cursou um semestre da graduação em Portugal e sabe que o que proporcionou sua viagem foi essa experiência: “O vínculo com a pesquisa ajudou muito e me fez ir para o exterior. Realizei algumas pesquisas lá, mas não cheguei a trabalhar, pois os alunos de graduação não se envolvem muito com pesquisa”.

Bruno explica que o tempo na pesquisa durante a graduação “serve como um alimentador de recursos humanos para os cursos de mestrado”, pois, muitas vezes, os alunos formam-se já com o projeto de mestrado encaminhado junto aos seus professores orientadores da própria bolsa de pesquisa. “Isso é um registro que nós temos dos alunos da iniciação científica. Eles acabam seguindo uma mesma linha, por causa do grande envolvimento com o assunto durante a graduação”, ressalta.

O maior desejo do orientador é que o orientando seja melhor que ele

Eduardo Cadore também foi aluno da pesquisa do professor Kruehl e hoje trabalha como pesquisador contratado pelo Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Pública de Navarra, em Tudela, na Espanha. Apesar de ter-se tornado bolsista já nos primeiros semestres, era mais velho que seus colegas, pois tinha 25 anos quando começou a trabalhar com pesquisa. Ele acredita que “tudo o que aconteceu na minha carreira foi em decorrência disso. Ser bolsista não possibilitou só um bom desempenho acadêmico, mas me fez ser reconhecido fora do Brasil”. No momento em que foi realizar outras atividades, Eduardo já tinha experiência e podia aprofundar seu conhecimento nas aulas: “[...] tinha uma referência técnica maior e maior controle do que fazia”. A pesquisa foi fundamental

para concorrer às vagas de mestrado e doutorado: “A minha seleção para o mestrado foi muito concorrida; sem ter no currículo a pesquisa desde cedo não conseguiria”. Depois que concluiu o doutorado, Eduardo já estava contratado pela universidade espanhola. Para ele, é um privilégio ter emprego de pesquisador na Europa sem precisar sair do Brasil.

Muito além da sala de aula – Para Giane, a profissão de pesquisador não é tão comum porque “A pesquisa não está dentro da sala de aula, só de uma forma mais superficial”. Ela completa dizendo que a maioria dos alunos que afirmam querer seguir na área da pesquisa é porque os pais são pesquisadores ou professores. “As pessoas não sabem o que é a pesquisa em si. Não temos essa cultura de nos envolvermos em projetos e sabermos para que servem e o que pode ser feito com isso”.

Outro retorno positivo das pesquisas são os prêmios que os pesquisadores recebem. A UFRGS ganhou em 2010 o prêmio Jovem Pesquisador Mérito Institucional, conferido à instituição com o maior número de pesquisadores que contribuíram para a inovação e a originalidade no tema “Energia e Meio Ambiente”. Mesmo quando não é premiada, a Universidade é indicada em alguma categoria, devido às pesquisas de seus professores e alunos. A professora Helena Romanowski, da Zoologia, já teve alunos premiados pelo CNPq e conta que ver um estudante se destacando é o melhor que pode acontecer. Para ela, “o maior desejo do orientador é que o orientando seja melhor que ele. É como o caso do pai e da mãe que querem que o filho brilhe mais”. Helena destaca ainda que o importante não é a competição em si, mas a aprendizagem: “Esse tipo de reconhecimento, antes de ser algo para diferenciar os melhores dos piores, é bom para o aluno valorizar o seu trabalho”.

Kruehl conta que seus alunos de iniciação científica surpreenderam posi-

tivamente em seus estudos nos países estrangeiros. “Os professores de lá se admiraram com o domínio de técnica de laboratório dos nossos alunos. Já tivemos estudantes que estruturaram um grupo para trabalhar na Espanha com alunos da graduação, porque lá eles não têm projeto de pesquisa; na graduação, eles nem entram no laboratório”, conta o orientador. Eduardo complementa, dizendo “não ser comum o aluno de graduação se envolver em pesquisa; é quase uma exclusividade do Brasil. Eu cheguei lá mostrando várias publicações, com uma grande bagagem de iniciação”.

Gabriela Zanin, estudante do terceiro semestre de Serviço Social, conquistou a bolsa de pesquisa por intermédio de uma colega. A professora Alzira Maria Baptista Lewgoy estava precisando de uma aluna, e Gabriela candidatou-se. A necessidade da professora por uma bolsista surgiu porque, na Vila do Sossego, as pessoas não se manifestavam pelos seus direitos, e ela gostaria de entender o porquê dessa alienação. Gabriela e a equipe coletam dados dos moradores da comunidade, como um censo para ajudar no cadastramento das famílias.

A exemplo de Eduardo, para a aluna de serviço social, o trabalho de campo que a bolsa promove ajuda bastante. “Tenho um trabalho no qual preciso entrevistar uma assistente social para uma cadeira na faculdade e eu já sei como fazer a entrevista e organizar os documentos”, relata Gabriela. Ela vai renovar seu contrato com a professora porque “está sendo muito legal todo esse processo, e largar agora seria bobagem, já que vamos colher os frutos”. A professora Helena relata que “a UFRGS tem formado muita gente boa. Por meio da iniciação científica, os estudantes desenvolveram uma bagagem de prática muito mais extensa, e novas oportunidades e carreiras foram surgindo”, conclui.

Manuela Martins Ramos, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

Eduardo Cadore, ex-bolsista de iniciação científica, hoje é pesquisador de uma universidade espanhola





Alunos da Escola Estadual de Ensino Básico Monsenhor Leopoldo Hoff, na zona norte da capital, receberam material informativo e participaram de palestra feita por estudantes da UFRGS

Cada vez mais pública

Ações afirmativas

Programa de extensão que nasceu do movimento estudantil busca incentivar o ingresso na Universidade pela política de cotas

Samantha Klein

O que move um estudante na direção da Universidade? Ou, ainda, o que o impede de pleitear uma vaga no ensino superior? Perguntas que educadores, psicólogos e sociólogos buscam responder têm um significado prático na vida de alguns alunos da rede pública de ensino. Estudantes que ingressaram na universidade federal agora querem divulgar que a UFRGS tem de ficar ainda mais pública. Deixando de fora a oposição ricos versus pobres, o importante é mostrar que os jovens da periferia também podem chegar ao ensino superior e que existem formas de minimizar a evasão escolar.

Saber que podemos! – Em um galpão de madeira, que teve as cadeiras roubadas no final de semana anterior ao encontro, uma centena de alunos dos 2.º e 3.º anos do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Básico Monsenhor Leopoldo Hoff, na zona norte de Porto Alegre, se reúne para acompanhar a palestra de jovens do Movimento Consta-

ção. Como acessar a tão falada política de cotas da Universidade.

Entre os rostos atentos (poucos foram os que conversaram durante a exposição numa manhã do final de abril), Maiara Flores, de 17 anos, se empolgou e definiu que fará vestibular para Psicologia em 2014. “A iniciativa do pessoal em vir divulgar na escola é muito importante porque essas informações não estão na TV ou estampadas no Facebook, por exemplo. Aqui nos mostram como podemos acessar a reserva de vagas e como continuar estudando. A gente não vai sair procurando no jornal. Tem de ter alguém para incentivar, dar um empurrãozinho”, comenta a estudante do 3.º ano.

O *Universidade Pública, Tô Dentro!* nasceu há três anos, a partir da constatação de que as cotas étnicas, em especial, não vinham sendo preenchidas. Somente em 2012 é que 50% das vagas foram aproveitadas, conforme o levantamento da Comissão de Acompanhamento de Políticas Afirmativas. Neste ano, o programa continua sendo realizado por voluntários, mas foi institucionalizado ao se tornar um projeto de extensão, o que facilita o apoio logístico para chegar a pelo menos 15 escolas públicas por semestre. O grupo apresenta os benefícios para manter os cotistas na instituição e evitar a evasão escolar da mesma forma que expõe os caminhos para acessar as cotas conforme a renda familiar. “As cotas têm somente o objetivo de igualar os desiguais. Queremos que vocês reflitam e não caiam no discurso barato daqueles que são contra a reserva de vagas. Os afrodescendentes são socialmente diferentes”, fala para os estudantes do ensino médio a cotista da UFRGS Marlise Paz.

Diferenças a serem amenizadas – Atualmente, a Universidade oferece 30% das vagas para as cotas em quatro modalidades entre os autodeclarados

negros e alunos de escola pública. Com a nova reserva, que introduziu a modalidade de renda familiar, ainda não é possível concluir qual é a taxa de aproveitamento antes da conclusão das matrículas do 2.º semestre, mas a ideia é ampliar o programa de permanência. Com a regulamentação da Lei das Cotas até 2016, todas as universidades federais deverão reservar metade das vagas para o sistema cotista, o que significa um desafio para as instituições de ensino superior, as escolas e os alunos.

“Imagino o esforço de vocês para se incentivarem a estudar para o vestibular, já que boa parte trabalha. Os estudantes de colégio particular raramente trabalham, podem fazer cursos e viagens para aprender inglês – uma realidade muito diferente da que vocês vivem, não é?”, instiga a voluntária do grupo e estudante de Políticas Públicas Rejane Aretz. A jovem mostra também em números o baixo investimento em educação no

Brasil. Ressaltando que menos de 5% do bolo orçamentário da União tem esse destino, ela lembra que todos contribuem para sustentar as universidades federais com o pagamento de impostos. “Alguém tem dúvida de que a UFRGS pertence a vocês também?”, questiona, estimulando os jovens a se *apropriarem* de uma vaga.

Por outro lado, o velho problema da falta de professores no ensino público continua atual. Na escola Leopoldo Hoff não há professores de Literatura e Química para os alunos do 3.º ano, pelo menos momentaneamente. “No começo do ano, uma professora nos passou o programa da disciplina e já estava nos incentivando a ter contato com as leituras obrigatórias para o vestibular. Logo depois, ficamos sem aula, e não há perspectiva de reposição”, relata Maiara. A diretora da escola que tem 1,2 mil alunos, Nina Rosa, confirma a situação e diz que em 2012 não havia

educador para a disciplina de Física. “É um problema crônico porque os contratados são aprovados em concursos para outros cargos nos quais serão mais bem remunerados e vão embora. Pedimos substitutos para a coordenadoria de educação, mas meses se passam até uma nova contratação”, sustenta.

Ainda assim, Nina acredita que tem muito a comemorar e relembra de alunos que já terminaram o ensino médio e ingressaram na Universidade. Segundo a diretora, foram dois em 2013 e oito no ano passado, sem contar os estudantes que ingressaram no ensino superior privado por meio do ProUni (programa do governo federal que concede bolsas totais ou parciais em instituições particulares). “Com esse incentivo para buscar uma cota, notei o crescimento do número de quem passa direto. Isso mostra que os jovens formandos no ensino público querem e podem fazer uma faculdade”, comemora.

Benefícios devem aumentar

A UFRGS oferece uma gama de benefícios, como o bolsa permanência, o custeio do transporte escolar para os cotistas, além de outros subsídios, como o do Restaurante Universitário e o da moradia na Casa do Estudante. A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) ainda concede auxílio para a compra de materiais escolares, conforme a comprovação de necessidade financeira do aluno. Além disso, existem aulas de reforço em disciplinas como Matemática e Física.

“Poucos cotistas que se encaixam na modalidade de renda bruta familiar de até um salário e meio per capita solicitaram os benefícios, por isso, ainda precisamos avaliar o porquê disso, já que fizemos divulgação. Acreditamos que a quantidade de pessoas a pedir subsídio deve aumentar muito nos próximos meses. Estamos avaliando a melhor maneira de divulgar mais o programa de assistência estudantil. A nossa expectativa também é pelo aumento dos benefícios para atingir o máximo de estudantes com

esse perfil”, relata a assistente social da PRAE Patrícia Brito. Neste primeiro semestre, o universo de pedidos foi de 2.244 solicitações em todas as modalidades de auxílio.

Já o Ministério da Educação divulgou ainda em janeiro a intenção de conceder bolsas de R\$ 400 para os alunos com renda familiar per capita de 1,5 salário mínimo custearem suas despesas, mas até o momento do fechamento desta edição o programa ainda não tinha sido regulamentado. No mês passado, foi promulgada uma lei que permite aos alunos de baixa renda, provenientes de escolas públicas ou bolsistas em escolas particulares, realizar vestibular nas instituições federais sem pagar a taxa de inscrição.

Em outra frente, um novo programa de permanência a ser elaborado pela Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS, estabelecida há poucos meses, também depende dessa definição para que o pacote de benefícios seja ampliado.

Ciência com imaginação

Ideias

Para o físico Joachim Wendorff, pesquisar exige a cooperação de pessoas de diferentes áreas, doses de audácia e espírito de aventura

Ânia Chala

O físico pós-graduado em ciência dos materiais Joachim Wendorff esteve na Universidade de janeiro a março deste ano para trabalhar em um novo estudo desenvolvido pelo Laboratório de Hematologia e Células-tronco da Faculdade de Farmácia da UFRGS. A pesquisa, desenvolvida em parceria com a professora Patrícia Pranke, pós-doutora em técnicas de nanotecnologia para a engenharia de tecidos, tenta criar um novo tipo de biomaterial que deve servir de suporte ao crescimento de células-tronco.

Ligado à Universidade de Marburg, Joachim veio ao Brasil pelo Programa Ciência sem Fronteiras, como pesquisador visitante. Sua estadia resulta de um projeto apresentado ao programa do governo federal, que concede incentivos para aproximar cientistas de diferentes países. O físico alemão é reconhecido mundialmente por seu trabalho com a ciência dos materiais, tendo sido apontado pela agência de notícias Reuters como um dos 100 mais importantes do mundo em sua área de conhecimento. Com mais de 50 patentes registradas, que definem métodos de concepção de materiais nanotecnológicos, ele

desenvolve essas estruturas para agirem de forma a estimular a proliferação das células, que são aplicadas no material já pronto.

Tendo trabalhado durante grande parte de sua vida acadêmica em parceria com químicos, Joachim revela nesta entrevista ao JU sua preocupação em desenvolver ideias a partir de distintas perspectivas. Para ele, a conversa com pesquisadores de outras áreas do saber é a melhor forma de fazer a ciência avançar.

Porque o senhor escolheu vir para o Brasil e, especificamente para UFRGS, a fim de se envolver em um projeto de pesquisa dessa natureza?

Na verdade, eu e Patrícia vimos colaborando ao longo dos últimos cinco anos. Nós começamos com um projeto que envolvia a troca de experiências entre estudantes da Universidade de Marburg e estudantes da UFRGS. Ela foi a Marburg em diferentes ocasiões e eu já estive em Porto Alegre quatro ou cinco vezes. O ponto de partida foi que eu e meu grupo de colegas físicos trabalhamos com nanotecnologia. Essa área tem inúmeras possibilidades e uma das mais interessantes é o desenvolvimento de nanofibras com aplicações no campo da Medicina, para a melhoria de próteses para uso em seres humanos, por exemplo. Assim, nosso objetivo é criar nanofibras com o tamanho e a composição certas para poder adicionar-lhes determinados componentes vivos, como as células-tronco com as quais Patrícia trabalha [na pesquisa realizada em conjunto, a função da pesquisadora da UFRGS é investigar o suporte que o biomaterial criado pelo físico oferece ao crescimento das células]. E isso é algo que os físicos não podem fazer sozinhos, porque eles não dominam os conhecimentos necessários. Esse trabalho exige que físicos e pesquisadores da Farmácia ou da Medicina falem a mesma língua. Nós temos parceiros na Faculdade de Medicina de Marburg, mas não é fácil estabelecer uma real comunicação.

Essa dificuldade ocorre porque as linguagens de cada área de ciência são muito diferentes entre si?

Não só por isso, mas também por que boa parte dos cientistas não está comprometida em mudar seu discurso a fim de comunicar-se com seus colegas de outras áreas em um mesmo nível. Por isso é difícil encontrar parceiros de outros departamentos ou de outras universidades com quem você possa falar o mesmo idioma e desenvolver ideias em conjunto. De fato, ainda é pequeno o número de cientistas capazes de estabelecer esse diálogo interdisciplinar de forma eficaz e para além de suas próprias pesquisas. Então, voltando à sua primeira questão, eu escolhi Porto Alegre por que existe aqui um tema de pesquisa que é muito interessante e também por que há pessoas com as quais eu realmente consigo dialogar.

Há então um interesse em comum?

Sim e existe um desejo real de compartilhar conhecimentos. Cada um está verdadeiramente interessado em ouvir o outro, mesmo que isso leve mais tempo. Patrícia e eu descobrimos que nossas pesquisas se encaixavam perfeitamente na área de engenharia e desenvolvimento de tecidos. E que, caso trabalhássemos em um sistema de colaboração mútua, seríamos capazes de encontrar uma linguagem em comum. Como você sabe, nós mesmos não realizamos a totalidade do experimento, senão com a cooperação dos estudantes. Então, eu e Patrícia precisamos ter o envolvimento de estudantes de Física e de Farmácia que precisam ser educados no sentido de dialogar de forma permanente. Além disso, Patrícia tem o que eu chamo de uma boa dose de fantasia científica, o que é muito importante para que continuemos em busca de novas soluções. É necessário que especialistas de diferentes áreas tenham uma boa dose de imaginação, audácia e espírito de aventura. E eu tive a sorte de encontrar essas pessoas aqui.

E como está o andamento de suas pesquisas?

Agora, minha equipe de pesquisadores, assim como a de Patrícia, está tendo a oportunidade de discutir e acompanhar detalhadamente cada passo do projeto. Tenho feito cálculos matemáticos para ver de que forma é possível aprimorar o suporte de biomaterial a fim que ele melhor se adapte e favoreça o desenvolvimento das células-tronco. Em outubro, devo retornar ao Brasil. Enquanto isso, vamos nos comunicar por e-mail. O fato é que nesse campo não é possível desvendar certos problemas a distância, você tem de ver o que está ou não funcionando.

Dependemos da sociedade, portanto, precisamos da confiança dela para o melhor uso da ciência

E quanto à educação para a ciência em seu país: existe um programa similar ao Ciência sem Fronteiras? Como o governo alemão tem estimulado jovens e crianças a se tornarem cientistas?

Por um longo tempo, os jovens não estavam interessados na ciência. Então, o governo federal percebeu que essa situação não poderia continuar, caso nosso país quisesse manter-se à frente em termos de exportação de tecnologia. Assim, investiu fortemente em métodos para convencer as crianças a se interessarem pela carreira científica. Em Marburg, por exemplo, desenvolvemos um grande laboratório de química adaptado para crianças de três e quatro anos, e eu fui res-

ponsável por ele, para que elas pudessem ir pela primeira vez a um ambiente como esse e fizessem experimentos. Isso tem sido feito por todo o país com grupos de crianças de diferentes idades. O mesmo ocorre na área da Matemática e da Física. Além disso, o governo preparou um grande caminhão cheio de experimentos que envolvem a nanotecnologia e que percorre escolas e outras instituições públicas. Dessa forma, estamos fazendo com que crianças e jovens passem a querer trabalhar com a ciência.

Frequentemente, os cientistas são acusados de brincar de Deus. Como o senhor interpreta essa crítica?

No passado, tivemos muitos problemas porque alguns cientistas sustentavam que não havia perigo algum, mas hoje sabemos que isso não é verdade e que há certos riscos em determinadas áreas. Essa atitude foi muito ruim para a reputação da ciência. O mesmo aconteceu quando iniciamos as pesquisas com a nanotecnologia, mas com uma grande diferença: os cientistas que trabalham nessa área reconheceram que as pessoas poderiam sentir-se temerosas. Então, penso que temos de ser sérios. Quando alguém nos pergunta se determinado experimento pode ser potencialmente perigoso, temos de responder que sim, mas que trabalhamos para que isso jamais aconteça. Por exemplo, eu mesmo tenho ministrado palestras em escolas ou para plateias compostas por políticos, nas quais discutimos quais são os benefícios da nanotecnologia. E há muitos benefícios, por exemplo, nas pesquisas com células-tronco. Mas também existem alguns riscos. Se nós cientistas reconhecermos esses perigos e os expomos ao público, então as pessoas terão condições de avaliar e aceitar ou não esses riscos. Claro que isso envolve também uma discussão no campo da ética da ciência. Todos nós dependemos da sociedade, portanto, precisamos da confiança dela para o melhor uso da ciência.



Em seu país, o físico coordenou a montagem de um laboratório adaptado para crianças de três a quatro anos, a fim de cativá-las para a carreira científica



Em países como Portugal, o contexto de crise e austeridade vivido pela população, que sofre com o desemprego, não favorece um debate desapassionado e rigoroso sobre o futuro do Estado Social

Crise econômica Analistas dizem que medidas dos governos europeus são inadequadas

Ânia Chala

Deflagrada em 2008 no mercado imobiliário dos Estados Unidos, a crise econômica mundial já é vista por analistas como a maior desde 1929. Para tentar entender alguns aspectos desse problema, que tem afetado de forma contundente os países da União Europeia, o JU conversou com especialistas.

Para o professor do Departamento de Sociologia da UFRGS Carlos Arturi, as soluções até agora adotadas pelos governos europeus são tímidas e excessivamente tradicionais para debelar uma crise que extrapola o aspecto econômico. “Mesmo não sendo um economista, creio que no fundo o que se encontra em questão é a continuidade ou não do aprofundamento da integração europeia, e até mesmo a possibilidade de sua regressão”, diz.

Ele entende que cortar gastos com funcionários públicos e programas de saúde e assistência social, opções da Grécia, da Espanha e de Portugal, por exemplo, não basta: “Há argumentos fortes e abalizados no sentido de que essas medidas, de cunho econômico mais ortodoxo, podem aprofundar a crise econômica em vez de minorá-la”.

Tal avaliação é compartilhada pelo sociólogo e professor da Faculdade de Economia de Coimbra Pedro Hespanha, para quem as respostas à crise até agora formuladas são fracas e inadequadas. “É patente a demora na tomada de decisões para atacar a crise de uma forma mais eficaz e, assim, os estados agravam perigosamente a sua situação econômica e financeira. Enquanto isto, a economia mais forte – a alemã – lidera a estratégia europeia que contém todas as tentativas para que a UE assuma um papel mais forte na ajuda aos países em crise, com

base na solidariedade interessados.”

Coordenador do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (ECOSOL/CES) da Universidade de Coimbra, Pedro argumenta que a estratégia portuguesa de combate à crise teve dois períodos distintos do ponto de vista dos objetivos e das prioridades: “Em um primeiro período, relativamente curto, a prioridade foi aliviar o fardo da crise no setor mais vulnerável da população, os desempregados e pessoas de baixa renda, mesmo que à custa de um aumento nos gastos públicos. Mas, em contrapartida, pressupunha-se o aprofundamento das reformas estruturais neoliberais e uma estrita observância do Pacto de Estabilidade e Crescimento que vinculava os estados-membros a um limite máximo de déficit orçamental. O ano de 2010 marca o início da total inversão dessas medidas. Coloca-se ênfase na disciplina orçamental para garantir a sustentabilidade em longo prazo das finanças públicas e recomendam-se pacotes de ‘austeridade’ que incluem reformas do setor público, com demissões e redução de salários para os funcionários públicos, e aumentos de impostos. O resultado é o que se conhece: descontrole da dívida sem sinal de recuperação econômica”.

André Moreira Cunha, professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFRGS, avalia que o cenário que se avizinha para os próximos anos na União Europeia é de baixo crescimento, lenta recuperação e grande comprometimento do mercado de trabalho. Conforme o professor, hoje a Europa conta com um conjunto de economias muito vulneráveis que, por problemas fiscais prévios, como é o caso da Grécia, ou pela forma como a crise privada atinge as finanças públicas, caso do resto dessas economias, estão numa situação mais vulnerável. As demais estão vendo um cenário de baixo crescimento.

Tese contestada – Pedro Hespanha critica a obsessão pelo corte da despesa pública por parte dos governos, em especial em seu país. A sociedade portuguesa, na avaliação do sociólogo, estaria atemorizada com a perspectiva de perder

os direitos que tanto custou a conseguir, perplexa pela mudança rápida das ideias dos governantes quanto ao papel do Estado e às suas prioridades, incapaz de entender os negócios que motivaram a crise ou se aproveitaram dela. Segundo ele, o contexto de urgência em que as respostas à crise se inscrevem, bem como o confronto ideológico e de interesses associados à escolha dessas respostas, prejudica muito a lucidez do debate e empurra para decisões precipitadas que podem comprometer os resultados.

Ele lembra que o memorando de entendimento com a *troika* formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para um programa de assistência financeira e ajustamento estrutural de Portugal pode funcionar como um entrave, quer pelas opções de política que impõe, quer pela filosofia neoliberal que tende a disseminar. Na opinião do professor, a crise exige dos governos respostas de curto prazo que fogem às tradicionais receitas usadas para as crises cíclicas do capitalismo. “Um exemplo é o recente escândalo em torno da tese defendida pelo FMI sobre os efeitos recessivos de dívidas públicas elevadas, e na qual se baseou a política que foi imposta pela *troika* e aceita com deferência pelo governo português. Segundo essa tese, em tempos de crise econômica o crescimento cai rapidamente quando a dimensão da dívida pública

ultrapassa determinada percentagem do Produto Interno Bruto. Por isso, os governos devem cortar despesas e aumentar os impostos de forma agressiva para manter a dívida pública sob controle. Verificou-se agora que o estudo que suportava esta tese continha erros, já assumidos pelos autores, na construção dos indicadores que lhe retiram praticamente toda a validade”, relata.

Pedro sustenta ainda que é eminentemente político e não técnico o desafio que essas pressões representam para os cortes da despesa social e para as reformas estruturais. “Por isso, o que importa saber é qual a vontade que os governos têm de gerar os recursos que permitam assegurar o cumprimento das obrigações que a sociedade lhes atribuiu em matéria de proteção social.”

Integração sob ameaça – Questionado sobre a possibilidade do fim da União Europeia em função do enfraquecimento das economias dos países que integram o bloco, o professor Carlos disse crer que o mais provável, a curto e médio prazos, seja uma estagnação mais ou menos longa do processo de integração, sem grandes avanços ou recuos em relação à situação atual. “Esse cenário de manutenção do status quo só é possível se a crise econômica não se aprofundar muito mais. Dito isto, antes de se pensar no fim da União Europeia pode ocorrer a saída da zona do euro daqueles países econo-

micamente frágeis, o que constituiria um retrocesso político significativo para a integração europeia”, conclui.

Pedro, por outro lado, observa que o horizonte de possibilidades é vasto e incerto. “Não creio, porém, que o cenário do fim da União Europeia seja o mais provável. Sim, a Europa passa por uma grave crise e falta claramente uma liderança com visão europeia, acima dos interesses nacionais e dos blocos de países mais ricos. Mas a crise mais imediata é a do sistema monetário europeu, da zona euro, e não se confunde com a crise do projeto europeu, embora tenha alguns pontos de contato”, defende.

Ainda que ressalve que não é um especialista em temas europeus, Pedro arrisca dizer que a crise da zona do euro tem origem num erro histórico: o de que a moeda única seria vantajosa para todos os estados membros. “O euro foi adotado por muitos estados-membros, incluindo aqueles como Portugal, que tinham e têm uma economia menos competitiva. Porém, acho que a crise do sistema de moeda única pode levar a uma reapreciação das condições dos estados aderentes e, eventualmente, à saída de alguns deles, sem implicar a sua saída também da União”, sentencia. De todo modo, Carlos avalia que o cerne do problema foi a adoção de uma moeda única por numerosos países, muito desiguais entre si, sem que houvesse uma política econômica e fiscal igualmente comum.

Do setor privado para o setor público

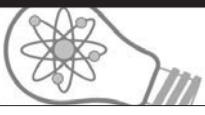
Segundo André Moreira Cunha, pesquisador do Núcleo de Estudos em Tecnologia, Indústria e Economia Internacional (NETIT) da Universidade, para entender a crise não é possível tratar de um único processo no cenário europeu em geral e de uma única zona do euro em particular. “As economias na Europa estão se movendo em uma situação pior do que antes da crise, mas são situações distintas: não posso colocar a Alemanha no mesmo bloco da Espanha ou da Grécia. Isso também vale para a Itália, que é uma economia grande e que já vinha enfrentando dificuldades.”

André explica a origem da crise: “Ela nasce no mercado hipotecário dos Estados Unidos e num conjunto de processos de natureza especulativa, na medida em que os bancos e as financeiras vendiam títulos lastreados nos próprios empréstimos que eram feitos. A economia estadunidense sempre viveu à base de crédito, mas, quando as dívidas começam a ter um peso elevado sobre a renda, cria-se vulnerabilidade para a sociedade. É o que vinha acontecendo nos Estados Unidos”.

Para o professor, há casos similares de endividamento na Espanha e na Irlanda, em particular no setor imobiliário. “Mas não

gosto de dizer que as pessoas viviam além das suas posses. O endividamento das famílias norte-americanas estava muito acima dos parâmetros históricos. Na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda, um pouco menos, mas também estava elevado. Porém, em outros países europeus essa não era a realidade”, observa.

Por ser uma crise privada e de natureza financeira, André diz que os governos, para evitar o pior, fizeram forte intervenção, socorrendo bancos e instituições privadas. “Na Irlanda, por exemplo, o governo não estava desequilibrado nem tinha um problema fiscal grave, como na Espanha. O conflito era no âmbito da economia privada. Mas, com a crise, a necessidade de evitar uma quebra de bancos resultou nessa intervenção. Então a crise deixou de ser só privada para ser estatal.” Entre 1929 e 1933, um terço do sistema bancário dos EUA quebrou, repercutindo na economia mundial. Por isso, com maior ou menor intensidade, os governos europeus procuraram evitar a ruptura dos canais de crédito e a quebra de instituições generalizada das instituições. Em alguns países, o grau de intensidade do socorro governamental jogou para as contas públicas esse problema.



Mérito mundial

Honoris Causa Prêmio Nobel de Física de 2007, Albert Fert recebe título da Universidade e amplia laços de pesquisa

Samantha Klein

Um dos físicos mais celebrados da atualidade, requisitado para realizar palestras em institutos de todo o mundo sobre os avanços que impulsionam a computação, o prêmio Nobel de Física de 2007 – dividido com o alemão Peter Grünberg – recebeu em 11 de abril o maior título de reconhecimento da UFRGS. A descoberta do efeito da Magnetorresistência Gigante (GMR) em camadas de ferro e cromo foi fundamental para expandir a computação, porque reduziu drasticamente o custo de armazenamento de dados em discos rígidos. Agora, o professor francês Albert Fert estuda como diminuir o gasto de energia para salvar informações em computadores e outros dispositivos eletrônicos.

Fert leciona na Université de Paris-Sud e é diretor científico de um laboratório associado ao Centre National de la Recherche Scientifique e ao Thales Group (multinacional focada em alta tecnologia para os ramos aeroespacial, transporte terrestre e defesa).

Em quais campos a spintrônica (tecnologia que explora a característica do movimento de rotação dos elétrons. Por isso, spin, do inglês) pode avançar?

Em meu campo de pesquisa, os próximos passos serão certamente chegar à capacidade de fabricar computadores que consumam menos energia, porque esse é o problema mundial do momento e dos próximos anos. Por exemplo, a memória RAM precisa de energia para manter a memória do computador. A spintrônica poderá contribuir para produzir computadores e outros equipamentos com redução significativa do uso de energia.

Como podemos exemplificar?

O uso de Memória Magnética não Volátil (Magnetorresistive Random Access Memory ou MRAM), que dispensa energia para manter a memória ativa. Essa tecnologia utiliza energia magnética. Esse é o fenômeno chamado spin-transferência (STT), utilizado na geração de energia (o STT emprega uma corrente elétrica para mover elétrons a fim de gravar dados na memória). A grande vantagem sobre as tecnologias existentes é que a MRAM combina baixo uso de energia com uma densidade muito alta, leitura de alta velocidade e tempos de escrita e capacidade de reter dados quando nenhuma força é aplicada, semelhantes aos hard drives de disco e cartões de memória flash, mas a MRAM é muito mais rápida.

Por que existe a tendência de desaparecimento dos pendrives?

As atuais memórias hard disk são muito úteis para armazenar milhares de fotos e outros dados em pequenos pedaços e também dão suporte para os aparelhos móveis. Mas os pendrives vão desaparecer e o futuro está na *cloud computing* (computação em nuvem – conceito que se refere ao armazenamento de dados em servidores interligados pela internet). Atualmente, ainda não temos problemas para salvar informações, mas temos que pensar em como salvar dados para os próximos séculos. Há muitos avanços tecnológicos, e a computação em nuvem pode suportar muita informação. Por isso, acredito que a memória flash vá desaparecer, talvez, em cinco anos. Outra vantagem é a organização do *cloud computing*, que é fácil e também economiza energia com uma base de dados dispo-

nível em qualquer parte do globo. Além disso, esse é o processo natural de evolução: a separação entre armazenamento e processamento de dados. No campo dos eletrônicos, é possível encontrar grande redução do consumo de energia. Imagine o que gasta o servidor do Google?

Depois de ter dividido o prêmio Nobel de Física com Peter Grünberg pela descoberta da Magnetorresistência Gigante, o que mudou em sua vida e estudos?

A vida ficou mais pesada porque há muitas coisas para fazer. Eu tinha uma rotina mais calma no laboratório antes disso, agora há muitas entrevistas com políticos, jornalistas e estudantes. Também há a necessidade de motivar os jovens estudantes nas universidades.

Esta tarefa é árdua?

Não, os estudantes que atuam nos laboratórios automaticamente estão estimulados a avançar, pois são curiosos. Mas também tento estimular os alunos de escolas e guiá-los para os estudos na universidade. Às vezes, na idade escolar eles estão amedrontados e acham que não são capazes de iniciar pesquisas em ciências. Nesse sentido, estimular pessoas jovens é difícil, mas importante.

A inspiração na plasticidade do cérebro poderá revolucionar a computação

Incentivar o estudo da Física combinada com a Spintrônica, que vai culminar em avanços para a computação, é a melhor forma para estimular os jovens cientistas?

Em ciências existem distintas áreas a serem exploradas, como a Biofísica e a Astrofísica, que são bastante interessantes. E também há muitas coisas a serem feitas em meu campo de pesquisa. Existem diversos projetos de curto e longo prazos em andamento. Estamos a caminho de novos circuitos lógicos e de uma computação inspirada nas operações da atividade cerebral dos animais, o que chamamos de *neuromorphic components*. Isso poderá revolucionar a computação a partir da inspiração na plasticidade do cérebro, porque a sinapse dos neurônios evolui continuamente e a todo o momento o cérebro está mudando. Em vez de termos uma lógica fixa, como ocorre agora, os dispositivos de amanhã terão a capacidade de se alterar para desempenhar outras funções, mudando a lógica para se adaptar a cada problema. Isso é possível usando a Spintrônica, que permite esse tipo de “metamorfose” dos dispositivos.

Como a relação de troca científica se consolidou com a UFRGS?

A Física não é uma tecnologia individual, as pesquisas precisam da troca de experiências para serem levadas adiante, como em um time de rúgbi. Também há uma tradição do estudo de Física no Brasil, o que permitiu essa longa colaboração com o Instituto de Física da UFRGS.



O professor Fert acredita que estimular jovens estudantes em idade escolar é difícil, mas muito importante

Moldando a maneira de pesquisar

O professor do Instituto de Física da Universidade, Mário Baibich, que cursou o pós-doutorado em Física com a supervisão do cientista francês, conta que os primeiros estudos científicos que realizou sobre magnetização e novos materiais já incluíam artigos assinados pelo pesquisador e fala da relevância da troca de experiências em sua área.

O senhor concorda com a afirmação de que os pendrives estão com os dias contados?

As memórias utilizadas nos computadores hoje perdem todo o material se desligadas abruptamente e, ao serem religadas, precisam processar novamente todas as informações. As Memórias Magnéticas não Voláteis (MRAM) poderão substituir as flashdrives. Já temos no mercado, mas é muito caro como qualquer nova tecnologia. Por enquanto, a MRAM é usada em satélites e para fins militares.

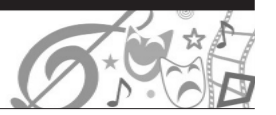
O funcionamento pode ser comparado ao de uma lâmpada: desliga, e não há problema com perda de dados, pois, ao religar, ela retoma o ponto em que estava. Conseguimos manipular regiões magnéticas diretamente com a corrente elétrica, uma forma bem mais econômica de guardar informações.

Como esse novo tipo de memória para a computação vai evoluir em dispositivos de uso cotidiano?

As grandes empresas já estão apostando na tecnologia de MRAM. Poderão ser criados pequenos dispositivos móveis que consomem energia somente quando estão gravando informações. Mas ainda são caros porque o método de fabricação é muito intrincado e tem pouca demanda. Já a tecnologia do disco rígido usada atualmente não evoluiu significativamente, mas os fabricantes aprenderam a fazer melhor e em quantidades que diminuem o preço.

Qual é a relação da pesquisa com o prêmio Nobel de Física?

A Universidade tem muitos estudos relacionados à Magnetorresistência Gigante e à Memória Magnética não Volátil. Temos uma relação contínua com Albert Fert desde que o professor Paulo Pureur Neto foi para a França fazer o doutorado com orientação dele em 1988, justamente no ano da descoberta da Magnetorresistência Gigante. Além disso, podemos considerar que a relação de troca é muito ampla. O título de doutor Honoris Causa acontece porque a gente reconhece nele alguém que quase moldou o jeito que nós temos de pesquisar por aqui. Quando comecei minha iniciação científica em 1972, entre os três artigos que recebi, pelo menos dois eram de autoria do professor Fert. De lá para cá somente aumentou essa relação, principalmente depois que o professor Paulo obteve o doutorado e voltou para a Universidade.



Apelo ao esclarecimento

Resgate visual

Obra reúne imagens realizadas durante a ditadura no estado

“Uma evocação simultaneamente divertida e amarga daquele tempo”: assim Luis Fernando Verissimo resume o livro *Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*, lançado no dia 1.º de abril – exatos 49 anos depois do golpe que implantou o regime no Brasil. O trabalho reúne um ano de pesquisa dos historiadores Carla Simone Rodeghero, também professora de História da UFRGS, Dante Guimaraens Guazzelli e Gabriel Dienstmann e expõe uma preocupação inédita com o retrato visual do período de 1945 a 1964 no estado. O propósito da publicação é mostrar como se deu o enfrentamento da ditadura no RS e fugir do recorrente foco dos trabalhos sobre o período, via de regra associado ao eixo Rio-São Paulo. Segundo a professora Carla, há um distanciamento geográfico que povoa o imaginário da população brasileira, pois a maioria das imagens conhecidas foi feita no centro do país. Sobre a abordagem visual, a intenção foi inquietar, despertar a curiosidade dos leitores.



Queima dos arquivos do DOPS/RS durante o governo Amaral de Souza, 1982

LUIS EDUARDO ACHUTTI

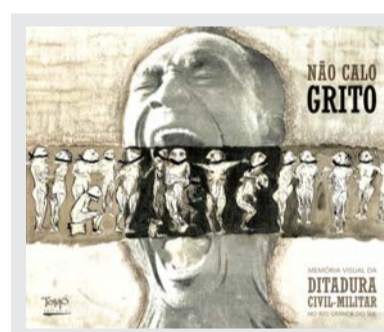
Imagens desafiaram censura – Dividido em duas partes, *Não calo, grito* evoluiu de maneira cronológica: inicia com um capítulo sobre o período pré-golpe, contendo imagens da mobilização em prol da defesa da Legalidade, com fotos raras de Jango e Brizola, e termina com a eleição de Tancredo Neves e pôsteres da campanha pela reabertura política: “Volte a sorrir, meu Brasil”, são os dizeres de um cartaz em verde-amarelo. Ao longo da publicação, também é possível observar a evolução de fotojornalistas gaúchos, como Luiz Eduardo Achutti, Assis Valdir Hoffmann e Ricardo Chaves. Para Dante Guazzelli, as charges e caricaturas são essenciais para elucidar os acontecimentos da época, uma vez que fotógrafos não eram bem-vindos em circunstâncias que iam contra os interesses militares-ditatoriais. Uma ilustração que exemplifica bem essa situação

é a de Edgar Vasques para o Coojornal (extinto em 1983) sobre o assassinato de Manoel Raimundo Soares: a morte do ex-sargento foi o primeiro caso amplamente divulgado de tortura, assassinato e tentativa de desaparecimento de um preso político, trazendo a público as práticas do aparato repressivo da ditadura.

Estímulo – Os autores pesquisaram em acervos de entidades públicas, como a UFRGS e o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, e de entidades privadas, como a Zero Hora, além de buscar material com os próprios artistas e fotógrafos. Carla e Dante ressaltaram a preocupação com os direitos autorais: o trabalho se tornou viável financeiramente em função do patrocínio do projeto Marcas da Memória, da Comissão da Anistia. Conforme Carla, nos últimos cinco anos essas iniciativas vêm recebendo maior

atenção, o que demonstra uma nova era para aqueles que lutam pela preservação da memória de um período obscuro na história brasileira. “Ainda podemos ter esperança”, diz a professora, alertando que a luta é incipiente e há muito a ser feito. Dante lembra que existem centenas de famílias brasileiras sem saber o que aconteceu com seus entes queridos, mortos ou desaparecidos pela repressão. “Em comparação com a Argentina, o Brasil faz trote lento nesse aspecto do esclarecimento”, diz a professora, que encontra uma explicação no fato de que, em nosso país, a ditadura não entrou em colapso, mas preparou sua saída.

Diálogo entre gerações – Os autores tiveram, ainda, uma preocupação pedagógica: uma brochura, destinada aos professores, acompanha a publicação e traz sugestões para a utilização do material



Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul

Carla Simone Rodeghero, Dante Guimaraens Guazzelli, Gabriel Dienstmann
Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013,
256 páginas
Distribuição dirigida

em sala de aula, feita especialmente para os alunos do ensino médio. Para Carla, esse esforço para a conscientização dos jovens é importante para que tais crimes nunca mais aconteçam. É uma aposta na construção de um futuro livre das heranças do autoritarismo, da repressão e da impunidade. Dante defende que a juventude atual pode ser tocada por imagens dos movimentos estudantis da época. “Estas fotos permitem um diálogo

entre gerações”, diz o historiador.

A tiragem de dois mil exemplares esgotou-se: metade foi encaminhada às escolas estaduais de ensino médio do estado e a outra foi distribuída gratuitamente. Mais informações sobre o livro podem ser obtidas pelo e-mail naocalo-grito@gmail.com

Rafaela Pechansky, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabco



Confissões de um jovem romancista

Umberto Eco | São Paulo: Cosac Naify, 2013
192 páginas | R\$ 48 (valor médio)

Arquitetura textual

Leitura prazerosa garantida é o que oferece esta coletânea de quatro ensaios do escritor italiano. Originalmente apresentados no programa Palestras Richard Eilmann sobre Literatura Moderna, na Universidade de Emory, em Atlanta, EUA, os textos revelam um autor cuja dedicação à arte da escrita se aproxima do trabalho de um meticuloso arquiteto.

No ensaio que abre o livro, intitulado *Escrever da esquerda para a direita*, Eco apresenta um relato irreverente sobre os caminhos que seguiu ao planejar suas obras de ficção. Apesar do sucesso de suas obras, ele sentencia que *inspiração* é uma palavra ruim, utilizada por autores manhosos que tentam parecer artisticamente respeitáveis. Ele descreve como levou apenas dois anos para produzir *O nome da rosa* simplesmente porque não precisou fazer nenhuma pesquisa sobre a Idade Média, já que sua tese de doutorado havia tido por tema a estética medieval: “Quando decidi escrever o romance, fui como se abrisse um grande armário no qual, durante décadas, vinha depositando meus arquivos medievais”, explica. A partir dessa introdução o autor nos apresenta o processo de construção de mundo de suas obras, descrevendo de forma pormenorizada como passa anos colecionando documentos, visitando lugares, desenhando mapas, tomando nota de plantas de edifícios e esboçando o rosto dos personagens. Embora admitindo que nessa fase de gestação literária viva numa espécie de castelo encantado inacessível a todos, inclusive a sua própria família, Eco confessa estar sempre concentrado na captura

de ideias, imagens e palavras para suas histórias.

Assim, durante os preparativos para a criação de “A ilha do dia anterior”, ele diz ter viajado até os Mares do Sul, para a exata localização geográfica onde o livro se passa, a fim de contemplar as cores da água e do céu em horas diferentes do dia. Ele também revela ter estudado modelos de embarcações da época em que a história se passa, a fim de descobrir as dimensões de uma cabine. Como o autor escreve mais adiante, “se você projetar cada detalhe de um mundo, saberá como descrevê-lo em termos de espaço, pois o terá bem diante dos olhos”. Da mesma forma, defende que, assim que um autor projeta determinado universo narrativo, as palavras fluem, e elas serão aquelas requeridas por esse universo específico.

No mesmo ensaio, Eco diz que depois de lançar seu terceiro romance percebeu com clareza que todos os seus livros haviam nascido de uma ideia seminal pouco maior que uma imagem. Dessa forma, deixa claro que seu maior esforço como autor consiste em concentra-se para fazer essa imagem ganhar sentido.

Um das afirmações mais importantes para quem deseja compreender as preocupações que movem Umberto Eco está sintetizada no seguinte trecho: “Não pertencem àquela laia de maus escritores que dizem escrever apenas para si mesmos. As únicas coisas que os autores escrevem para si próprios são listas de compras, [...]. Tudo o mais, incluindo o rol de roupas para lavar, são mensagens endereçadas a outrem. Não são monólogos, mas diálogos”. Eis um autor que respeita a inteligência do leitor. (Ania Chala)



Paisagem: leituras, significados, transformações

Roberto Verdum et al. (orgs.) | Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012
256 páginas | R\$ 45 (valor médio)

Lendo o além lugar

O livro traz textos de dezoito autores em torno do tema da paisagem. Relacionada às comunidades de pessoas e à cultura, a unidade geográfica, aquele espaço determinado e amplo, está em constante realimentação.

No texto *Entre o aqui e o além lugar: a paisagem na cidade Jardim*, Cláudia Pires observa que a área chamada Cidade Jardim, em Porto Alegre, apresenta elementos naturais em mistura com espaços sociais e culturalmente construídos, e se relaciona com as ideias difundidas por Ebenezer Howard no século XIX, embora com conteúdo menos idealizado. Na Cidade Jardim, materializam-se contradições e conflitos na forma de redes socioculturais, manifestando diferentes relações na apropriação do lugar. A paisagem não pode ser validada se apenas aproveitada a subjetividade e aprisionados os objetos nela ao olhar imediato, desconsiderando características assumidas na identidade do lugar. A paisagem do além lugar somente pode ser concebida em certo prolongamento da visualidade: a ambiência em que se localizam os sujeitos.

Em outro texto, Leticia Coelho recorda as marcas de nostalgia e história evocadas ao se olhar para a paisagem contemporânea, um palimpsesto que expressa diferentes momentos. A dimensão espacial das cidades brasileiras de hoje oferece um enigma a ser interpretado. Nesse sentido, é útil a apresentação feita por

Simone Maldonado do texto *A Filosofia na paisagem*, obra clássica do sociólogo Georg Simmel. Relacionada sempre a enquadramento e representação, a ideia de paisagem surge da técnica da perspectiva na pintura flamenga do século XV. No quadro *Madona com o Chanceler Rolim*, de Jan Van Eyck, citado como exemplo, a profundidade é sugerida pelos ladrilhos, pelas pilastras, pelo rio, que permitem isolar o exterior e fazer da vista paisagem autônoma, laica. A pintura flamenga de planos sucessivos, de que deriva o estatuto da paisagem como cenário sensível, precede a pintura de paisagens panorâmicas e a posterior invenção da daguerreotipia.

As fotografias de paisagem – registros e meio de lembrar outro momento – são usadas na experiência educativa de Geovane Puntel, que contribui com um capítulo no livro. Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) fotografaram diversos lugares de Santa Cruz do Sul, a partir da mesma perspectiva de fotografias feitas há cem anos. O estudo possibilitou o conhecimento da história da população e permitiu entender que a alteração dos espaços acompanha novas necessidades e transformações. A paisagem exige ser compreendida além do concreto, e Geovane acredita que o aprendiz precisa ir além do que se transmite no livro ou é elaborado pelo professor. (Gustavo Duarte Fagundes)



Em abril, quando completou 35 anos, o grupo encenou "O Amargo Santo da Purificação" no Parque da Redenção

Subversão

na rua e no palco

Teatro

Tribo de Atadores Ói Nóis Aqui Traveiz comemora 35 anos de ousadia

Samantha Klein

"Agora me diz, quem é que nunca viu uma peça do Ói Nóis aqui em Porto Alegre?", questiona Agnes Porto, que no final de uma manhã ensolarada de abril assistia à intervenção Ação N.º 2 na Esquina Democrática. Moradora da capital, ela se diz acostumada a ver os espetáculos nas ruas e praças do centro. Talvez nem pare para pensar no papel subversivo que o grupo busca levar aos locais mais inusitados, mas se sente tocada ao ver as oito atrizes segurando cadeiras vazias em uma alegoria à ausência dos mortos e desaparecidos políticos durante os 21 anos de repressão.

Estudando há mais de três anos a história do teatro e a recepção dos espectadores na capital, o professor do Departamento de Arte Dramática da UFRGS Clóvis Massa ressalta a transformação da cena teatral no estado, principalmente pela encenação crítica do grupo nas ruas e pela forte presença do ator, que é um atador – fusão de artista com ativista político. Segundo o pesquisador, o teatro feito pela Tribo é subversivo por unir diferentes propostas. "Entendo que o grupo tem como suporte os princípios de Antonin Artaud – seja o teatro ritualístico ou aquele da crueldade, em que o lado mau do indivíduo ou da sociedade aflora no palco –, unidos à influência de Brecht, que propõe uma atitude crítica por parte do espectador. Acho que eles fizeram um equilíbrio dessas propostas e chegaram a uma dialética própria. Isso é muito bonito porque eles mostram que

o teatro é sensorial e, ainda assim, uma comunicação crítica", sustenta.

Na visão de Clóvis, esse teatro transformador está na memória afetiva do público gaúcho e modificou a cena clássica vigente até meados dos anos 70 e 80. O grupo surgiu com a ideia de revolucionar o pensamento e o próprio teatro. E conseguiu. Os atadores levaram o pensamento crítico ao povo na rua, fazendo-o participar da cena em uma desconstrução do modelo clássico palco/plateia.

A Rua – Carregar uma mensagem crítica e acertar o alvo pode ser mais fácil se essa via for a rua. Em 1981, a Tribo de Atadores se dedicava a criar intervenções teatrais para participar de manifestações políticas. Com a redemocratização, foi a vez de estreitar o espetáculo *Teon* (a morte em tupi-guarani) para criticar o genocídio dos indígenas. O grupo mostrava uma procissão de atores vestidos com mantos, máscaras e portando cruzes, como se estivessem celebrando uma prece aos milhões de índios mortos na América Latina. Ainda durante a ditadura, peças eram montadas, mas censuradas. A polícia repressiva destruía materiais e impedia a encenação, conforme Paulo Flores, um dos fundadores do Ói Nóis. O caso mais marcante foi o da primeira versão de *O Amargo Santo da Purificação*, que reuniria textos do autor beat Allen Ginsberg, do filósofo existencialista Jean-Paul Sartre e do escritor e cineasta Renato Tapajós para falar da guerrilha. A censura federal vetou a montagem.

O elemento surpresa, com o qual os atores ganham o espaço "cênico", faz parte da mensagem a ser transmitida. Quanto à compreensão da cena na praça, Flores explica que a pretensão não é fazer com que o público entenda uma intervenção por completo. "Na recente Ação N.º 2, as mulheres gritam nomes e começam a jogar papeizinhos com informações sobre pessoas que sumiram

durante o regime militar. Também usamos a ideia do teatro épico de Brecht, em que ele diz que uma cena em si mesma conta alguma coisa. Na rua, o espectador está de passagem, não vai entender a intervenção por completo, mas a ideia é que, vendo uma cena, ele adentre algo", complementa.

O não palco – Desde a fundação do grupo, uma das preocupações é o espaço para a encenação. Entre os sucessivos locais alugados, era fundamental subverter o espaço clássico que separa a plateia dos atores que dominam o palco. Surge com a Tribo o teatro de vivências, que busca colocar os *não atadores* em cena de alguma forma. Além da *Terreira da Tribo*, locais inusitados serviram de cenário, como a Ilha das Pedras Brancas (conhecida como a ilha do presidio), na Grande Porto Alegre. Durante a temporada de *Viúvas, Performance sobre a Ausência*, o público percorria um trecho de ônibus e outro de barco para vivenciar as narrativas das mulheres que perderam seus filhos e maridos assassinados e jogados na água, em referência à ditadura chilena.

O teatro de vivências, seja no palco ou nas ruínas de uma ilha, carrega a proximidade entre artistas e o público como cerne da representação e pode fazer essa ligação por meio de cheiros e do contato físico para ser ainda mais perturbador. O espectador não tem que "interpretar", mas ter uma vivência estética única que o cinema ou a TV não permitem.

Criação – O processo de criação é demorado e minucioso. Além de partir de uma discussão coletiva, a pesquisa profunda determina os rumos de um novo espetáculo. Para o grupo, essa etapa é crucial porque o teatro é um instrumento de transformação social e individual. "Em cada criação temos de determinar de que maneira vamos falar e abordar um assunto. Se formos buscar um mito, de que forma isso nos toca hoje, por exemplo?", complementa Paulo Flores.

Para estar de acordo com o espírito do seu tempo, o grupo reinventou obras para falar de temas atuais. No caso da reforma agrária, a apresentação de "A Saga de Canudos", entre 2002 e 2007, repaginou a vida de Antônio Conselheiro e seus seguidores. De religioso messiânico louco, conforme foi pintado por alas conservadoras do começo do século XX, Conselheiro ganhou a aura de líder camponês que sabia como conduzir um povo socialmente excluído. A peça foi apresentada em assentamentos e cidades do interior justamente para consolidar a representação em locais inusitados.

Já entre os trabalhos que destacam a memória, *O Amargo Santo da Purificação* é talvez o mais marcante, por relembrar a trajetória de Carlos Marighella. Por meio de uma visão alegórica da vida do guerrilheiro, o espectador pode compreender parte da luta do revolucionário desde o Estado Novo até a ditadura dos militares: a resistência, a prisão, a luta armada e a morte do líder por emboscada.

Em processo – Atualmente, o grupo finaliza a releitura do mito de Medeia e tem como uma das principais referências o livro de Christa Wolf. A Tribo de Atadores já havia encenado uma história mítica ancorada em outra obra da alemã (a peça *Kassandra in Process*), com a perspectiva de Cassandra presa após a queda de Troia e a crítica à cultura belicista masculina que permeia o mundo ocidental. Já para o espetáculo que está em desenvolvimento, o grupo buscou a visão alternativa da conhecida feiticeira e infanticida. "Começa pelo nome 'Medeia', que significa aquela que dá bons conselhos, diferente da figura de quem mata os filhos. Ela foi uma mulher que tinha conhecimentos, por isso, perigosa para os homens", ressalta Flores.

A autora apresenta uma Medeia mais rica e conectada com a mulher de hoje. *Medeia Vozes* estreia em setembro como teatro de vivências e deve mostrar essas múltiplas leituras.

Otraveiz nóis

- Por que "Ói Nóis Aqui Traveiz"? No ritmo da música homônima do grupo Demônios da Garoa, da década de 60, o português longe da gramática revela irreverência aliada ao sentido de persistência.
- A primeira *Terreira da Tribo* surge em 1984 na Rua José do Patrocínio, na Cidade Baixa, como espaço multicultural. O nome buscava unir teatro ritualístico, ativismo e comunidade.
- Em 1999, o grupo precisou sair do local em função da especulação imobiliária. Apesar dos apelos ao poder público, a prefeitura não pôde desapropriar o espaço para concedê-lo como um lugar de cultura.
- Tempos depois, a Tribo de Atadores ganhou um terreno na Rua João Alfredo, próximo ao local que tornou a *Terreira* uma referência em cultura para Porto Alegre. A construção da sede anda a passos muito lentos por falta de recursos.
- Sem interrupção desde meados da década de 1980, o grupo realiza oficinas nas comunidades. Atores e grupos teatrais se formaram a partir dessas experiências.

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Aprendizado entre prateleiras e vidros

A grande porta de vidro é aberta sem resistência, e Giselle Bernal percorre o interior da biblioteca, no térreo do prédio da Arquitetura. O espaço claro, não ocupado afritivamente com estantes, já se deixa perceber antes de a mão interagir com o puxador e acionar as dobradiças pivotantes: o vidro exclui qualquer atitude de espiar pelo orifício da fechadura ou qualquer expectativa aguardada por trás da maçaneta. Dentro, sentada na cadeira confortável em que muitas vezes se instalam leitores de revistas e jornais, Giselle pode identificar a chegada do repórter.

Ela veio do Paraguai e cursa o terceiro semestre de Administração. O desejo de frequentar o ambiente que escolheu como seu lugar na UFRGS revela que estudar, mesmo sozinho, não é o projeto de um celibatário. Para se aplicar em um texto, segreda ela, ajuda o fato de ver outros estudantes em igual situação, prateleiras de gente com a cerviz baixada em frente a um livro, um monitor, um papel pautado. Nesse espaço realmente acadêmico, a dedicação é estimulada em parceria, a atenção é alimentada em conjunto. A jovem comenta como é agradável se ver cercada por paredes e peças de vidro, em vez de divisórias opacas. Após subir alguns degraus para acessar o mezanino, mesas compridas e tomadas individuais para o plugue do notebook compõem o cantinho favorito de Giselle.

Não são apenas as obras sobre Administração que Giselle traz em suas vindas e idas à Biblioteca da Arquitetura. Orgulha-se de ter conhecido o local antes do grupo de colegas aos quais exibiu a tranquilidade do ambiente. Debater a maneira mais adequada de apresentar um seminário em grupo, aponta Giselle, pode ser feito nas salas fechadas de estudo, situadas à direita no andar superior e à esquerda no andar térreo.

Além de afirmar haver recebido boa acolhida de colegas e professores, a estudante tem se auxiliado, para pôr-se mais rapidamente à vontade, da proximidade de hábitos gaúchos e paraguaios. Isso ocorre na relação dela com o churrasco aos domingos e as rodas de chimarrão. De maneira semelhante ao mate, é tradicional no país de Giselle o tereré, bebido com líquido frio e dito tereré, seguindo o som produzido ao se darem os três goles finais. Especialmente no verão, os colegas brasileiros que compartilham esse costume provam e aprovam a bebida estrangeira. É nas

conversas e na leitura de interesse que Giselle amplia seu vocabulário, pois não cursa aulas específicas de língua portuguesa desde que saiu do Paraguai.

A presença de Giselle Bernal deve-se a um convênio de graduação entre o Paraguai e o Brasil. Porto Alegre, que agora se mostra quando a guria caminha em um jardim público ou visita a casa de colegas, ela a viu apenas no ano em que chegou como aluna universitária, no início de 2012. Antes disso, em viagens com a família, havia conhecido do sul brasileiro apenas as agradáveis praias de Santa Catarina.

A comunicação com familiares hoje se mantém graças ao Skype, acessado sem dificuldade de conexão no apartamento perto do câmpus central da UFRGS. Alguns parentes nunca tiveram contato com a capital gaúcha, e todos estimam o privilégio de estudar e morar em um país com bom nível de educação. Ao desembarcar neste chão para dedicar-se ao estudo e a novos conhecimentos, a primeira questão de Giselle foi encontrar moradia. Estrangeira, não possuía requisitos para que uma imobiliária lhe alugasse bens. Habitou hotel e hospedou-se na casa de uma amiga antes de poder alugar seu apartamento, em resultado apenas da negociação direta com o proprietário.

A inauguração das novas instalações da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BFARQ) ocorreu no dia 18 de junho de 2012, o mesmo ano de chegada de Giselle. O espaço ocupa a área de 660 metros quadrados e resulta do trabalho integrado de professores, alunos, ex-alunos, colaboradores e técnicos. O projeto arquitetônico foi elaborado pelo professor Cláudio Fischer. Depois de a universidade abrir os cursos de Design Visual e Design de Produto em 2006, a Biblioteca já concentra mais de mil e duzentos usuários, inclusive Giselle, graduanda de Administração. A pedido, a estudante descreve, em espanhol, seu lugar na UFRGS: "Simplemente es un lugar donde consigo concentrarme para que mis estudios riendan bastante bien".

Gustavo Duarte Fagundes, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, às 20h e às 23h.

Perfil

Professor Fernando Becker

Educação

Ele assume que jamais pensou desempenhar qualquer outra profissão

Jacira Cabral da Silveira

No dia 20 de março, Fernando Becker, professor da Faculdade de Educação da UFRGS há 40 anos, comemorou mais um aniversário, ocasião em que foi aposentado compulsoriamente. Sua docência, entretanto, está longe de terminar, pois segue como professor nos programas de pós-graduação da Faced e da Informática na Educação (PGIE). Com formação em Filosofia e pós-graduação em Educação e Psicologia, ele diz que jamais imaginou desempenhar outra função a não ser a de professor.

Fernando nasceu em Rolante, pouco antes de o município emancipar-se de Santo Antônio da Patrulha em 1955. De família italiana por parte da mãe e alemã por parte do pai, ele e os oito irmãos cresceram indo à escola pela manhã e trabalhando na roça à tarde, depois do almoço. À noite, faziam os temas escolares em suas lousas, enquanto esperavam a comida ficar pronta. Numa dessas ocasiões, foi surpreendido com a algazarra dos irmãos: "Eles fizeram a festa quando viram que eu estava lendo", comenta ao recordar episódio tão marcante.

Embora não lembre muito das aulas, conta com detalhes sobre a aventura de percorrer os três quilômetros que separavam sua casa da escola. Ele e dois irmãos saíam antes mesmo de o sol nascer. Além da escuridão, tinham de se manter equilibrados nos tamancos, pois o caminho aberto na mata era feito de pedregulhos soltos, motivo de muitos escorregões e tombos memoráveis. Por outro lado, graças a tais desafios no escuro, Fernando diz ter desenvolvido o senso de direção e hoje é capaz de movimentar-se em seu apartamento durante a madrugada sem acender a luz: "Isso é uma aquisição daquela época", diverte-se.

Adeus ao seminário – Para ser alguém naquele lugar era preciso ser padre, assim Fernando foi o escolhido para seguir esse caminho, o que deixou dona Eliza, sua mãe, muito orgulhosa. O pai, seu Alois, não era de muita fala, mas certamente

também aprovava a ideia de o filho ir estudar no Seminário em Montenegro.

Entre os jesuítas, Fernando encontrou um ambiente semelhante ao existente em sua casa com relação à importância dada ao estudo. Mesmo assim, foi uma transição difícil, pois estava com 13 anos e pela primeira vez saía de casa. Das boas recordações desse período, lembra do dia em que tirou o primeiro lugar num concurso de redação. Como o tema era livre, narrou suas observações sobre uma lagartixa que vivia dentro de sua mesa na sala de aula, a qual ele alimentava com insetos que caçava para ela. "Essa experiência marcou minha relação com a escrita", explica.

Ele ficou no Seminário até o primeiro ano de Teologia, em 1971, quando desistiu da carreira de padre. Já não conseguia conviver com os dogmas religiosos que buscavam racionalidade apoiando-se em coisas que, para ele, eram irracionais, como o fato de um menino nascer de uma virgem. Mesmo antes, durante o curso de Filosofia, buscara romper com algumas restrições intelectuais do Seminário, tendo escolhido fazer seu trabalho de conclusão sobre Teilhard de Chardin, um pensador católico proscrito por propor aproximações entre religião e ciência. Convicto de sua escolha, o único receio de Fernando era dar a notícia aos pais, mas surpreendeu-se com a aceitação: "Tirei um peso dos ombros".

Descobrimo Piaget – A experiência como educador começou em 1970, quando assumiu a disciplina de Lógica e Metodologia do ciclo básico da Unisinos, que iniciou como universidade naquele ano. Em 1973, lecionou História da Filosofia para a última turma de graduação em Filosofia daquela instituição, antes de o curso ser fechado pela ditadura militar. Anos antes, antecipando as consequências da política nacional no ensino de disciplinas polêmicas da área das ciências humanas, Fernando começara a dar novos rumos a sua trajetória profissional sem sair da sala de aula. Foi quando ficou sabendo da seleção para a primeira turma de mestrado da Faculdade de Educação da UFRGS. Naquele mesmo ano, participou das entrevistas e foi aprovado.

Ingressou na Faced em 1973 como professor convidado para lecionar História da Educação em função de seus estudos de História da Filosofia. É preparando essas aulas, ao manusear um manual de história da educação, que Fernando encontra referência "a um tal de Piaget", autor que futuramente embasaria suas pesquisas em educação. Cinco anos depois, ouvindo uma palestra

da professora Léa Fagundes, ele sentiu-se provocado pela teoria de Piaget.

Algumas indagações já estavam presentes no cotidiano escolar de Fernando, que há muito se questionava por que alguns alunos insistentemente não aprendiam, enquanto outros não tinham qualquer dificuldade. Foi com Piaget que Fernando descobriu o que acontecia nesses casos: se o indivíduo não tem estrutura assimiladora para determinado conteúdo, a assimilação se torna impossível. E a estrutura assimiladora não se ensina, se constrói pela ação própria, na interação com a diversidade do mundo físico e social. É nesse período que colegas de departamento o instigam a fazer seu doutorado.

Assim, em 1979, ingressa no doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo (USP). Em sua tese, propõe uma teoria da aprendizagem com Piaget e Freire, que resulta na publicação do livro *O caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire: da ação à operação*. Mas será na obra *Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola*, já na 15.ª edição, que Fernando aprofunda uma de suas grandes questões sobre aprendizagem. Após entrevistar 38 professores de todos os níveis de ensino para estudar suas concepções epistemológicas, ele confirmou a premissa de sua pesquisa: "O professor não pode trabalhar pedagogicamente o conhecimento fora da sua concepção epistemológica; como essa concepção é de senso comum, necessariamente entra em conflito com o conhecimento científico que pretende ensinar".

Em casa – Casado com a psicóloga Tania desde 1991, Fernando tem três filhos, Danielle, Filipe e Bruno. Como a esposa também é professora da Faced e faz parte da mesma linha de pesquisa, a rotina do casal é repleta de compromissos acadêmicos. No ano passado, eles lançaram a terceira edição de um livro em coautoria: *Ser professor é ser pesquisador*. Na hora da culinária caseira, entretanto, a parceria não se repete: "Ela é ciumenta com a cozinha", sorri enquanto mostra os desenhos de Bruno colados na parede de seu gabinete no sétimo andar da Faced.

Em 2012 publicou *Epistemologia do professor de matemática*, fruto de uma pesquisa de mais de dez anos. Projeta desenvolver esta pesquisa com professores de matemática de países sul-americanos, inaugurando uma fase internacional. Sua tese das limitações do ensino em função das concepções epistemológicas de senso comum, não superadas pelo professor, poderá ganhar um novo reforço.



FLÁVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



Quem não pula...

FOTOS RAMIRO FURQUIM

TEXTO CLARICE SPERANZA



Não foi o primeiro e nem será o último. Antes dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus em Porto Alegre em março e abril últimos, as ruas da capital do Rio Grande do Sul já haviam sido ocupadas por manifestantes inúmeras vezes, afora as muitas marchas que militantes de movimentos agrários e urbanos protagonizam periodicamente. Ver o Centro tomado por protestos, portanto, não é exatamente uma novidade. Das passeatas de trabalhadores na greve de 1917 à revolta pela morte de Getúlio Vargas em 1954 e ao comício pelas Diretas de 1984, Porto Alegre já viu passar ondas e ordas de manifestações das mais variadas.

Mas o que aconteceu agora teve lá suas particularidades. Em primeiro lugar, o movimento trouxe a marca de seu tempo, aliás, do nosso tempo. Basta notar que a mobilização, a divulgação e as próprias discussões internas do protesto ocorreram pelas redes sociais. Foi o Facebook, em especial, o solo em que sementes individuais de insatisfação com o reajuste se transformaram numa causa única e coletiva, chamando para as ruas e para a ação gente acostumada a resmungar sozinha em frente ao computador.

Foi também um movimento pragmático, em busca de um objetivo específico e até certo ponto alheio aos grandes destinos da humanidade. Evitou a todo momento se atrelar a partidos políticos. Eles estavam lá, é certo, mas quem dominou a cena nos protestos não foram os seus estandartes ou as suas palavras de ordem, mas cartazes feitos com caneta e papelão e pichações, como se o grupo reivindicasse uma distância idealista e um tanto ingênua de uma política vista hoje como um locus corrompido da vida em sociedade. Não queriam ser representados; representavam a si mesmos. Foi um movimento de uma era sem utopias, de gente muito jovem, em sua imensa maioria. E, para muitos deles, foi como um batismo. Sentiram na pele o sentimento bom, pleno, ilusório talvez, de serem sujeitos (ainda que coletivos) da sua própria história.

CLARICE SPERANZA É JORNALISTA E DOUTORA EM HISTÓRIA PELA UFRGS. ATUALMENTE, É PROFESSORA DO PPG EM HISTÓRIA NA UFPEL E BOLSISTA DE PÓS-DOUTORADO DA FAPERGS/CAPES.

RAMIRO FURQUIM É REPÓRTER FOTOGRÁFICO DO JORNAL ON LINE SUL21 - WWW.SUL21.COM.BR.

Com terra



Agricultura *Moradores do assentamento Filhos de Sepé provam que é possível viver da produção orgânica e familiar*

TEXTO **EVERTON CARDOSO**
FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

O smar – ou Boca, como é conhecido – é uma referência no assentamento Filhos de Sepé, no interior de Viamão. Entre as 756 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que vivem na área de aproximadamente 9 mil hectares no distrito de Águas Claras – um terço dos quais faz parte da reserva ecológica do Banhado dos Pacheco –, a dos Bedende tem uma organização que lhes permite produzir hortaliças não só para seu sustento, mas também para a comercialização. Ainda que receba apoio de projetos liderados pela UFRGS e de políticas governamentais, é o aguçado tino de Boca tanto para a horticultura – aprendeu o básico da produção orgânica por conta própria – quanto para o comércio que lhe fornece o lastro necessário para empreender e mostrar que trabalhadores rurais com terra e conhecimentos podem prosperar sem abandonar a sua vocação. “Tem que trabalhar com a cabeça também, não só com a enxada”, ensina. Quem o ouve, no entanto, nem imagina o quanto a palavra “trabalhar” pode sintetizar uma semanada e tanto.

Segundas-feiras, na rotina de Boca, signifi-

cam que o dia inicia muito antes das costureiras 5 da manhã: ele acorda às 3h e “se atraca” a colher verduras, legumes e frutas que ele mesmo produz sem nenhum tipo de agrotóxico ou adubo químico. “Às vezes tomo um chimarrão”, conta para ressaltar que só vai lembrar-se de comer ao meio-dia, mesmo que em alguns momentos a fome precise ser despistada com algum fruto de sua produção. Ainda antes de amanhecer, Boca sai para levar seus produtos a três escolas de Gravataí, resultado da lei que obriga o governo a comprar de famílias produtoras agrícolas pelo menos 30% dos alimentos destinados à merenda escolar de instituições públicas. Depois, às 10h, retorna à casa e, juntamente com os dois enteados – Jonathan e Deivid – e seu ajudante Erni Silva, começa o trabalho mais pesado na horta. Ali, eles colhem hortaliças, lavam os produtos de sua colheita e os preparam em maços e caixas para entrega. No mesmo dia, Boca leva encomendas a uma creche e a um centro budista – ambos em Viamão –, além de ir à capital atender a um grupo de cerca de 30 pessoas que recebem ‘cestas’ com produtos previamente encomendados via

e-mail e, quinzenalmente, fazer entrega para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao retornar, deixa tudo preparado para a terça, quando faz as vezes de feirante: pela manhã, comercializa no Centro Administrativo do Estado; à tarde, no câmpus central da UFRGS. Nos demais dias da semana, dedica-se aos cuidados da horta, mas não sem mais duas saídas para vender sua produção: às sextas, entrega produtos para Clis Souza, que organiza uma feira de produtos orgânicos na Zona Sul de Porto Alegre; e aos sábados abastece um restaurante natural em Viamão.

“É muito sofrimento”, hiperboliza Boca para descrever o quanto a produção agrícola exige de quem a ela se dedica. Ainda assim, afirma que não pretende trabalhar na cidade. Tanto é que a mulher dele, Lucia, abandonou o emprego em um restaurante a fim de ajudar a família na horticultura. Porém, nem assim eles têm dado conta da demanda: na quartas, deveriam fazer feira no câmpus do Vale, mas em 2013 ainda não conseguiram retomar o trabalho que iniciaram no ano passado. “Nós não temos perna”, justifica.



Denise Rocha (de costas) integra o grupo que promove uma feira ecológica às terças no Câmpus Central da Universidade

Além da subsistência

Não há vida de trabalhador rural sem terra que não inclua passagens que normalmente estariam associadas a certo nomadismo pontuado por acontecimentos, em geral, bastante sofridos. A história de Denise Rocha é uma dessas: o passado da hoje habitante do assentamento Filhos de Sepé inclui episódios que dificilmente deixam de causar comoção em quem os ouve. Aos doze anos, seu padrasto morreu em um acidente de trator enquanto trabalhava na fazenda Petry, em Tapes. Por consequência, ela e sua família tiveram de sair da fazenda. “Fomos jogados fora”, desabafa a agricultora que, então, tinha 13 anos. Durante um ano, tiveram de pagar pelas despesas do enterro do padrasto, além de sobreviver. “A gente morava numa casa na beira da praia. Nem era alugada, era emprestada”, enfatiza para mostrar a dificuldade naqueles tempos em que ela – pré-adolescente – tinha de fazer faxinas para ajudar a mãe na manutenção da família. “Vi minha mãe brigar pelos direitos por causa da morte do marido dela. Jurei que nunca ia ser empregada”, conta. Aos 20 anos, já com seu atual companheiro, José, Denise foi trabalhar em uma fazenda, mas ainda não estava convencida de que seria obrigada a garantir seu sustento sob os ordens de outrem: “Achava que todo mundo devia ter um pedacinho de terra”.

Foi então que, em 29 de janeiro de 1999 – faz questão de assinalar precisamente a data –, decidiu redefinir os rumos de sua vida: partiu para o acampamento do MST em Arroio dos Ratos e, depois, em Santa Vitória do Palmar, para reivindicar uma porção de terra para poder produzir. Um ano e oito meses foi o tempo que demorou para receber seu lote. Era em Piratini e o ano, 2001: “Tomamos um choque de realidade, porque estávamos acostumados a trabalhar com várzea, banhado, terras para produção de arroz. Chegamos lá, e era seco. Tínhamos que plantar trigo, era a única coisa que dava”. Depois de quatro anos, Denise e a família pleitearam a troca de lote junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que só foi possível porque a agricultora precisava morar mais

perto da capital para tratar um câncer. Mas nem assim o sonho de não ter patrão se concretizaria: Denise fazia faxina e o marido trabalhava com corte de árvores para poderem dar conta do orçamento.

Mudança de vida – Foi em razão de histórias e situações como a enfrentada por Denise que algumas iniciativas começaram a ser pensadas para dar aos assentados condições de sobrevivência e de produção que lhes possibilitassem uma perspectiva mais promissora de vida. Essa foi a intenção, por exemplo, que levou a socióloga Naia Oliveira a se envolver com a questão no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. “Eu havia ido à Escócia para fazer um curso sobre aldeias ecológicas e, então, me ocorreu que uma experiência como aquela tinha de ser trazida para os assentamentos da reforma agrária”, conta a então integrante da equipe da Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo estadual. Ela desenvolveu estudos que pretendiam apontar a situação dos habitantes do lugar em suas dimensões cultural, social, econômica e ambiental.

“A situação dos moradores era muito precária”, relembra Naia. “O Incra tem todo um programa quando cria um assentamento”, ressalva, “mas o Filhos de Sepé fora implantado em dezembro de 1998, e nada havia sido feito em relação aos empréstimos, à produção.” Além desses problemas, Naia aponta o desconhecimento da maioria das famílias em relação a plantações de arroz – tipo de lavoura ideal para aquela região. A maioria vinha de localidades produtoras de soja e trigo, culturas de terras secas. Não bastassem esses determinantes e limitações, ainda havia o fato de aquela região ser parte da bacia hídrica responsável pela formação do Rio Gravataí, o que obriga os agricultores a produzirem sem o uso de produtos químicos. “É lá que se encontra o Banhado dos Pacheco, responsável pela regulação da quantidade de água na região, além de abrigar espécies da fauna que estão em risco de extinção – caso do jacaré-de-papo-amarelo”, justifica Naia. Houve quem visse nisso uma limitação; houve quem vislumbrasse uma possibilidade na produção

agrícola de base orgânica.

Boca foi desses sujeitos que viu na obrigatoriedade de produzir organicamente a possibilidade de mudar sua vida. “Quando eu usava veneno, era magro e cheguei até a adoecer”, relata para justificar sua opção pela produção sem agrotóxicos. A intoxicação aconteceu em 2006, ano em que, para evitar que uma praga destruísse sua safra, o então rizicultor usou um pesticida. “Ainda hoje, se passarem aquele veneno longe daqui, e eu sentir o cheiro, já me intoxica”, enfatiza. E a preocupação do assentado é tanta que ele e a família, hoje, consomem essencialmente produtos do gênero – inclusive carnes, laticínios e ovos. E foi exatamente essa alternativa, sobretudo a partir da produção de hortaliças, que permitiu que o agricultor permanecesse em sua propriedade. Antes, precisava trabalhar em lavouras de maçã em Vacaria para complementar a renda.

Segundo a nutricionista Gladis Kalil, integrante do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da UFRGS, é exatamente para, ao mesmo tempo, melhorar os alimentos consumidos por essas famílias e criar alternativas de produção econômica que a Universidade tem-se envolvido com diversas ações. Entre elas, por exemplo, estão a formação de um banco de sementes orgânicas e a introdução de técnicas de adubação verde. A primeira fase do projeto abrangeu uma análise do solo disponível nos lotes das famílias assentadas, afinal, há uma crença dominante de que, pelo fato de aquelas serem terras arenosas – a cor bege clara é o sinal mais visível disso –, é impossível produzir. A partir de análises feitas pelo agrônomo Sebastião Pinheiro, servidor aposentado da UFRGS e colaborador do NEA, foi possível, então, propor formas de melhorar essa situação. Entre as soluções pensadas está o plantio de girassóis: essas plantas auxiliam na fixação de carbono no solo, produzem sementes que servem para alimentar as criações de galinhas e, ainda, geram massa verde a partir de caules e folhas que serve para adubação. Ou seja, de uma plantação que aparentemente pouco oferece acaba sendo possível extrair muito.

“No primeiro dia em que fizemos feira na UFRGS, chovia um monte. Não sabíamos se enxugávamos os olhos ou se contávamos o dinheiro arrecadado”

Cristina Ribeiro, assentada

Conhecimento aplicado

Projetos de pesquisa e extensão buscam soluções para fomentar um modelo de produção sustentável, inclusivo e distribuidor de renda para os assentados

O envolvimento da UFRGS com a questão dos sem terra tem tomado rumos que vão muito além da observação e da discussão da temática: são propostas concretas de solução para problemas enfrentados pelos assentados que pretendem abarcar todo o processo produtivo, desde o plantio até a comercialização dos produtos. A concepção do professor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do NEA – núcleo que congrega uma parte desses projetos –, Carlos Schmidt, a respeito da missão da UFRGS, dá uma dimensão da função exercida pela instituição: “O papel da Universidade é pesquisar, experimentar e propor alternativas para a transição de um modelo de agricultura predador, excludente e concentrador de renda, para outro sustentável, inclusivo e distribuidor de renda”. É nesse sentido que, por exemplo, o grupo Mulheres da Terra, principalmente a partir do trabalho desenvolvido com Boca e sua família, tem servido de modelo experimental. É como se fossem, para o Núcleo, representantes de uma nova cadeia produtiva, servindo de referência aos demais assentados.

Lar produtivo – Além das propostas lideradas pelo núcleo ligado à Faculdade de Ciências Econômicas, o assentamento Filhos de Sepé recebe estudantes e professores da UFRGS para desenvolverem seus projetos de pesquisa. É o caso de Renata Porto, que concluiu seu mestrado em Design em novembro de 2012 e se dedicou a estudar a identidade do grupo Mulheres da Terra. Com certo afeto pelo tema que vem de sua vivência familiar – o pai atuou como pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) –, a designer foi, aos poucos, se

envolvendo como voluntária em projetos de extensão da UFRGS. Daí veio a oportunidade de desenvolver sua pesquisa de mestrado sob a orientação do professor do PPG em Design Julio Van der Lan. “No início, não tínhamos ideia do que fazer. Foi a partir do que as mulheres relatavam de suas necessidades e dificuldades que começamos a delinear as intervenções a serem feitas”, explica Renata.

O grupo Mulheres da Terra surgiu, dentro do assentamento, como forma de dar às famílias uma renda alternativa a partir da possibilidade de trabalho feminino – estratégia esta que já vinha sendo desenvolvida a partir de alguns projetos encabeçados por Naia Oliveira. Entre as iniciativas que a socióloga propusera, estava um projeto de paisagismo ecológico desenvolvido entre 2008 e 2009. Com apoio da Fundação Luterana de Diaconia, a proposta era trabalhar o entorno das casas. “A intenção era pensar tudo de forma dinâmica, de modo que as funções de cada atividade deveriam ser eficazes. Fizemos cercas, compramos mudas e organizamos pequenas criações de galinhas e ovelhas”, relata. Foi, pois, uma iniciativa para dar às assentadas uma possibilidade de contribuir para a renda familiar a partir da otimização dos lotes que lhes foram concedidos, isso tudo sem terem de sair de suas casas.

Busca de identidade – A iniciativa do grupo feminino de assentadas foi, então, adotada por Renata Porto para desenvolver seu mestrado em Design. “Uma das minhas metas foi trabalhar a identidade do grupo. Havia uma questão de autoestima, pois elas se sentiam muito atrás em

relação aos seus companheiros e maridos”, relata a designer. Isso se deve à posse da terra, entregue aos homens. Renata, então, com a colaboração de Naia Oliveira, começou a organizar oficinas e outras atividades que permitissem compreender de maneira mais aprofundada quem são essas mulheres, que histórias de vida têm, que memórias têm da infância e da vida adulta, que visões têm da vida, do trabalho e da família, entre outros aspectos. “Depois desse levantamento, formei conceitos a partir do que elas relataram e os transformei em um grande painel visual. Esse mosaico serviu de base para o desenvolvimento da identidade visual, que ficou a cargo de outras pessoas”, conta a agora mestre sobre a coleta de dados que gerou informações coerentes e que serviram para um posterior projeto de design de um logotipo para o grupo.

Outro trabalho de pesquisa de pós-graduação gerado a partir desses projetos é o que foi finalizado por Amanda Buss em março deste ano. A proposta desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção e orientada pela professora Istefani de Paula teve como principal resultado a criação de propostas de embalagens para o grupo Mulheres da Terra comercializar seus produtos – hortaliças, mudas, artesanato e produtos de padaria. “As embalagens desenvolvidas pretendiam colaborar para o desenvolvimento daquele território”, explica. Renata projetou cestos que seriam feitos pelo próprio grupo com matérias-primas disponíveis no território em que habitam e a partir de técnicas aprendidas dos indígenas também daquela região. Seriam, assim, uma tradução de diversos aspectos referentes ao agrupamento. Além

disso, os cestos cúbicos teriam caixas plásticas no fundo, de forma a dispensar o uso de sacos plásticos para o acondicionamento e transporte das hortaliças, já que essas precisam de água para não murcharem. “A ideia é fechar o ciclo: construir, usar e descartar as embalagens dentro do assentamento”, explica para justificar a opção por materiais que podem ser devolvidos ao ambiente para se decompor.

De acordo com a orientadora do projeto, Istefani de Paula, o objetivo mais geral é instrumentalizar o grupo para que essas mulheres constituam uma empresa e tomem conta do próprio negócio. “Para nós, termos de lidar com esse tipo de grupo resultou num grande aprendizado de gestão, já que elas têm suas fragilidades e sua história de vida. Isso também abriu linhas de pesquisa para nós, integrando design, economia, nutrição e agronomia”, avalia. Entre as dificuldades encontradas pela equipe da UFRGS, no entanto, está a falta de adesão por parte de muitas famílias. “Há pessoas que, por falta de informação ou orientação, acham que a Universidade está lá por obrigação e que tem de oferecer tudo. Mas esse não é o objetivo”, ressalta Gladis Kalil. Segundo a nutricionista, o papel da instituição é servir de suporte para que os produtores se tornem autônomos.

Embora os resultados obtidos por Renata e Amanda ainda não tenham sido incorporados às práticas do Mulheres da Terra, já é possível fazer um balanço positivo dos projetos liderados pela Universidade. Os objetivos, no entanto, não são estanques: Carlos Schmidt pretende pleitear que, em breve, os assentados passem a fornecer para os Restaurantes Universitários da UFRGS.

Deivid Bedende trabalha na colheita das hortaliças cultivadas segundo os preceitos da agricultura orgânica no assentamento Filhos de Sepé





Em abril, movimentos de trabalhadores rurais ocuparam o pátio da Receita Federal em Porto Alegre, em apoio ao Dia Internacional da Luta Campesina, alusivo ao massacre de Carajás, no Pará

Reforma **ainda** necessária

Não raro a sigla MST é associada a arruaças e, principalmente, invasões – sobretudo, a partir da imagem veiculada pelos meios de comunicação. Isso se deve principalmente à dinâmica do trabalho jornalístico, cuja tendência é dar mais visibilidade a eventos pontuais. Os sem terra, por essa razão, acabam sendo tema de reportagens em momentos em que a sua reivindicação pela reforma agrária torna-se concreta em forma de protestos, marchas e ações menos pacíficas. De acordo com a professora Rosa Medeiros do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, isso acaba levando a opinião pública a ter uma imagem distorcida da realidade. “O público confunde reivindicar com fazer baderna”, explica a pesquisadora que, desde 1989, estuda questões ligadas a esses grupos campesinos. Rosa diz que a convivência com os assentados – e a possibilidade de observar como essas pessoas vivem cotidianamente, ou seja, quando não estão protestando, mas simplesmente vivendo – é que faz com que ela e a equipe de trabalho vinculada ao Núcleo de Estudos Agrários (NEAG/UFRGS) consigam vê-los de uma outra maneira.

Aparente solução – Na avaliação do professor e pesquisador do Departamento de Sociologia da UFRGS Ivaldo Gehlen, tem havido, nos últimos anos, um arrefecimento – e mesmo o desapare-

cimento – de várias discussões sobre temas sociais que antes eram bastante ativos visíveis. É o caso não especificamente do MST, mas das demandas pela reforma agrária e, de uma forma mais geral, do debate sobre a questão da terra. Para o sociólogo, que tem acompanhado o tema desde os anos 1980, isso se deve, em alguma medida, às políticas sociais que têm sido adotadas pelo poder público federal nos últimos três anos, quando programas de assistência como o Bolsa Família chegaram a municípios da zona rural. “Em seu discurso de posse, a presidente Dilma disse que haveria essa priorização”, diz o investigador.

Além do recebimento de auxílios governamentais pelas famílias de baixa renda, Ivaldo acredita ao estágio atual do desenvolvimento agrícola o enfraquecimento do debate sobre a questão da terra no Brasil. “As mudanças tecnológicas diminuem a necessidade de mão de obra e aumentam a produção, inclusive para o pequeno produtor”, explana. Ivaldo responsabiliza, também, o envelhecimento da população do campo como fator para essa diminuição nas reivindicações dos trabalhadores rurais. “As famílias voltaram a ser pequenas, com um ou dois filhos. Quando os pais envelhecem e morrem, não há sucessão nas propriedades”, esclarece sobre uma realidade que se agrava também pela ida dos mais jovens para as regiões urbanas. É por essa

razão que, muitas vezes, as propriedades acabam sendo repassadas para outro tipo de utilização, que não a produção agrícola de base familiar. “Nos anos 1970 e 1980”, relata, “a diminuição da pequena propriedade se deu pela concentração de terras, o mais forte comprando dos vizinhos. Esse processo ainda existe, mas em menor escala.” O professor aponta, ainda, as políticas do governo federal de obtenção de crédito por parte dos produtores rurais para a aquisição de terras como um fator que facilita o acesso à propriedade. “Isso tem funcionado como um estímulo à agricultura familiar e um desestímulo à reforma agrária”, avalia.

Por fazer – Entre os grandes mitos existentes sobre os sem terra, estão o de que muitos deles já possuíam seus quinhões e venderam; ou o de que recebem terras por meio das políticas de reforma agrária e as vendem ou arrendam. “Quem vendeu terras não pode ser beneficiado pela reforma agrária”, diz Ivaldo enfaticamente. Tanto é que, no momento do cadastro como postulante a um lote, o Incra faz uma pesquisa em cartórios para ver se o indivíduo não teve, anteriormente, posse de terras. Além disso, os assentados não recebem a posse de seus lotes. Elas lhes são concedidas em usufruto, ou seja, vivem delas e lhes pertence o que delas sair, mas não podem vendê-las.

Num campo mais ideológico e político, o professor destaca que há um discurso circulando pela opinião pública, segundo o qual não há necessidade de reforma agrária. “Isso tem sido levado adiante pelas organizações patronais rurais”, completa.

Esse discurso é acentuado, na opinião de Ivaldo, por uma sensação de que a reorganização da propriedade já foi feita no Brasil, principalmente em razão dos anúncios do número de assentamentos implantados pelo Incra – normalmente quantificados em milhões de famílias e usados como forma de mostrar a efetividade do trabalho do órgão. “Não há um apoio comprometido e propositivo da população em relação à reforma agrária. E isso passa por categorias sociais bem informadas”, critica.

Existe, ainda, uma coincidência com uma nova postura adotada pelo atual governo federal nos últimos anos: “No segundo governo Lula e no de Dilma, o discurso é o de que é mais importante a qualidade de vida nos assentamentos que a quantidade de famílias beneficiadas”.

Essa melhoria, para o investigador, deve, porém, passar pela qualificação dos modos de produção. “Se há investimento público para se fazer a reforma agrária, é inadmissível que produzam com técnicas destrutivas. Deve haver uma obrigatoriedade de que se usem técnicas sustentáveis”, afirma o professor.

Orgânico por princípio

“No meu imaginário, os sem terra são pessoas que passaram por um sofrimento muito grande por terem sido desterritorializadas”, explica a professora Rosa Medeiros a partir da experiência de já ter atuado em diversos assentamentos diferentes em razão de seus projetos de investigação. “No momento em que são assentados”, continua, “são reterritorializados, mas isso não é suficiente.” Na avaliação da pesquisadora, é preciso que essas pessoas recebam algum tipo de apoio que lhes dê condições e conhecimentos necessários à produção rural, já que esta nem sempre é aquela com a qual os agricultores estão acostumados. “Eles precisam

reconstruir suas identidades, porque têm que se integrar ao lugar em que foram assentados”, explica.

Isso é bastante claro, por exemplo, no caso do Filhos de Sepé, pois cada família recebeu um lote de terra com área entre um e dois hectares na parte alta do assentamento, destinada à instalação da moradia; e um outro terreno com área aproximada de 14 hectares na várzea, na parte mais úmida, onde se supunha que trabalhassem com rizicultura. “A maioria dessas pessoas não havia plantado arroz antes. Faziam outras coisas”, conta a partir das observações que tem feito nos últimos 14 anos.

Até havia uma parte desses

agricultores que possuía algum conhecimento sobre a produção de arroz, mas de forma convencional, com o uso de defensivos agrícolas. Isso, porém, acabou sendo revisto pela condição do assentamento, situado em uma Área de Proteção Ambiental (APA). De acordo com o geógrafo Cícero Castello Branco Filho, produzir de forma orgânica é muito diferente do manejo tradicional da lavoura. “No orgânico, a mão de obra é muito maior, dá muito mais trabalho. No convencional, trabalha-se com cultura irrigada e aplicam-se defensivos agrícolas, pesticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, que facilitam o trabalho”, explica o pesquisador, que atualmente

se encontra em estágio pós-doutoral na UFRGS. Cícero diz que, no caso da produção orgânica de arroz, é o controle mais cuidadoso do nível da água que vai contribuir para evitar a propagação de plantas daninhas: sobe-se o nível quando elas aparecem, e estas morrem afogadas. Há, ainda, o uso de patos-de-Pequim para o controle de uma espécie de caramujos que põe penca de ovos nas plantas de arroz quando estas se encontram em sua fase inicial de crescimento e as mata. Os patos comem esses moluscos, e evitam que a praga se alastre.

Ainda que a plantação orgânica traga consigo maior valor agregado e alcance, por isso, um preço melhor pelo

produto – além, é claro, de ter um nicho de consumo bastante específico –, tem uma dinâmica que exige do agricultor cuidados constantes. “Quem efetivamente está plantando arroz orgânico onde se pode plantar de forma convencional?”, pergunta-se Rosa Medeiros, ao refletir sobre a necessidade de cuidados mais intensivos para se trabalhar sem agrotóxicos. “Para um assentado, tem de haver uma filosofia de vida, ele tem que estar engajado na causa da produção orgânica. Se é só pela questão econômica, na primeira quebra de safra ele cai fora”, diz, acrescentando que a produção em lavouras convencionais está sujeita ao mesmo tipo de imprevistos.